

Relatório Semestral de Atividades

SUBPROGRAMA DE APOIO À ATIVIDADE PESQUEIRA

Energia Sustentável do Brasil S.A
Junho/2013



USINA HIDRELÉTRICA JIRAU – UHE JIRAU

RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADES SUBPROGRAMA DE APOIO À ATIVIDADE PESQUEIRA

EMPRESA: **ARCADIS LOGOS**

PERÍODO DAS ATIVIDADES: **NOVEMBRO/2012 A ABRIL/2013**

RESPONSÁVEL DA CONTRATADA: **KARIN FORMIGONI**

RESPONSÁVEL DA ESR: **MARCO CANEDO**

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. METODOLOGIA.....	4
3. ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS DO SUBPROGRAMA.....	5
4. ATENDIMENTO ÀS METAS DO SUBPROGRAMA.....	12
5. RESULTADOS CONSOLIDADOS.....	15
6. INDICADORES.....	23
7. INTERFACES.....	24
8. ATENDIMENTO AO CRONOGRAMA.....	25
9. CONCLUSÃO.....	26
10. EQUIPE TÉCNICA.....	27
11. ANEXOS.....	28

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório **SEMESTRAL** tem por objetivo apresentar o atendimento as metas, objetivos e descrever atividades desenvolvidas no período de **novembro de 2012 a abril de 2013** no âmbito do **Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira** da Usina Hidrelétrica de (UHE) Jirau.

Vale ressaltar que de acordo com o previsto originalmente no Programa de Monitoramento e Apoio à Atividade Pesqueira, contemplado no Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Jirau, o Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira (SAAP) deveria ser elaborado 01 (um) ano após a formação do reservatório da UHE Jirau considerando os resultados obtidos nos primeiros anos de monitoramento da atividade pesqueira, contemplando ações necessárias para a mitigação e/ou a compensação, caso fossem identificados impactos do empreendimento sobre a atividade pesqueira. Entretanto, a ESRB antecipou a elaboração deste em mais de 03 (três) anos a fim de desenvolver as ações de forma participativa junto ao público-alvo.

O objetivo do SAAP é contribuir para a continuidade e sustentabilidade da atividade pesqueira nas áreas de influência direta e indireta da UHE Jirau.

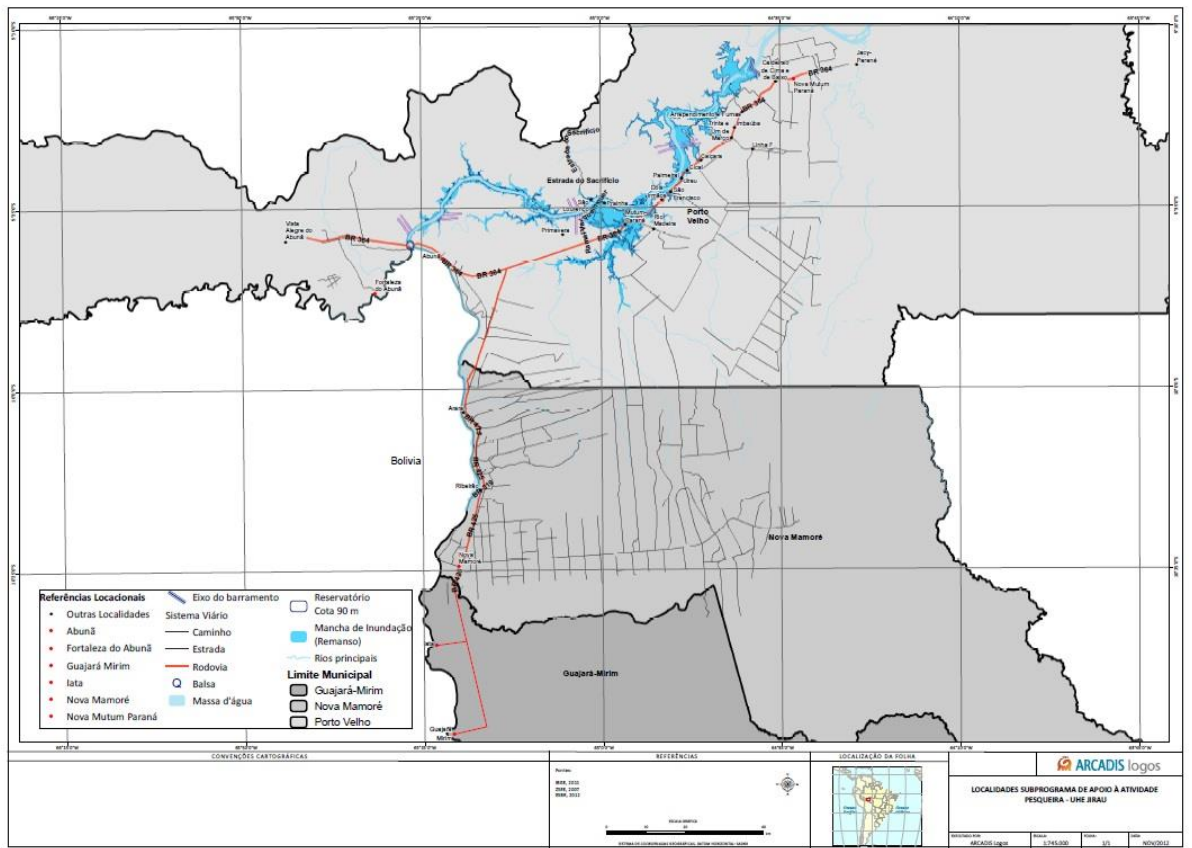
O foco deste Subprograma, conforme o item 'Metas' do PBA, são ações de: (i) promoção de mecanismos de organização comunitária dos pescadores que apoiem o desenvolvimento e a implantação de processos gerenciais adequados à realidade da população local, permitindo o desenvolvimento da atividade de forma sustentável; (ii) implementação de mecanismos de gestão dos recursos pesqueiros juntamente com outros recursos naturais e/ou potencialidades locais; (iii) contribuição para a melhoria da qualidade de vida dos pescadores e de suas famílias na área de influência da UHE Jirau.

O Subprograma é implantado em seis localidades que correspondem a pontos focais com maior representatividade para a pesca da região, localizados a montante da UHE Jirau:

- Abunã;
- Fortaleza do Abunã;
- Nova Mutum Paraná;
- Iata;
- Nova Mamoré;
- Guajará Mirim.

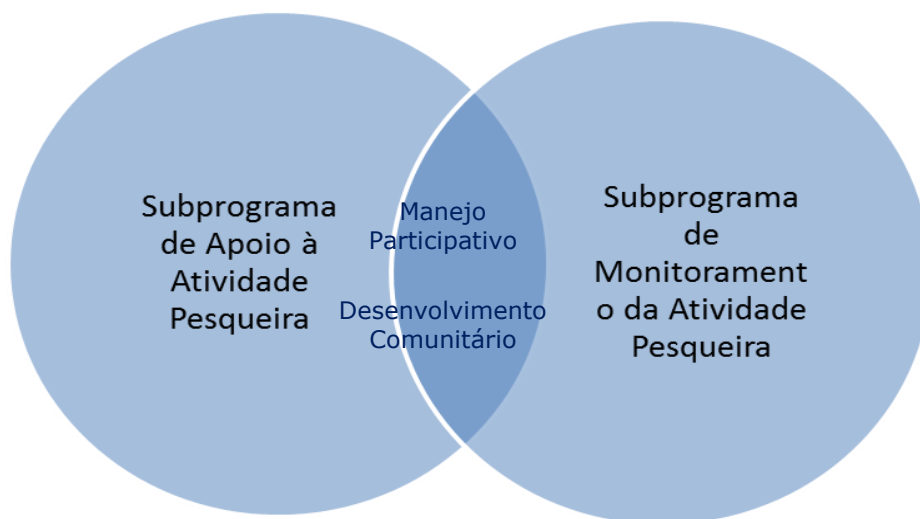
Apresenta-se a seguir um mapa com a localização das comunidades.

Mapa 1- Localidades alvo do subprograma.



Elaboração: ARCADIS logos.

Frisa-se também a articulação e interface entre o Subprograma de Monitoramento e o Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira, de modo que o primeiro fornece e subsidia com dados essenciais a implantação de um programa de manejo participativo e apoio ao desenvolvimento comunitário.



A implantação do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira é fundamentada no conceito de desenvolvimento local, à luz de princípios orientadores para otimização das ações e em diretrizes e técnicas de gestão participativa da pesca.

Os anexos constantes neste relatório são referentes ao período de novembro/12 a abril/13, conforme indicado no **item 11**.

2. METODOLOGIA

Neste tópico é apresentado um breve relato da metodologia e diretrizes utilizadas, bem como as etapas de desenvolvimento das atividades do Subprograma conforme as orientações do PT nº 27/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, em consideração ao Subprograma. Vale salientar que uma das premissas deste Subprograma é sua execução de modo participativo, de acordo com princípios que tem como foco a resiliência socioecológica do público deste programa.

2.1 - Princípios Orientadores da implantação das ações

A metodologia utilizada para a execução das atividades deste subprograma é calcada no conceito de *desenvolvimento local*:

“(...) como sendo um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais”.(BUARQUE, 1999)¹

E também nos seguintes princípios orientadores:

- **Gestão Adaptativa**

A gestão adaptativa é um método que inclui a dimensão sistêmica de aprendizagem e resiliência onde o planejamento é percebido como processo de aprendizado participativo, que se realiza por meio de ação reflexiva. Preconiza-se uma adaptação ativa, pela qual a gestão busca influenciar o comportamento do ambiente de modo que lhe seja favorável, e não apenas moldar-se a esse ambiente. Ou seja, pretende-se atingir a interatividade e a motivação do público alvo, através de recursos técnicos e linguagem que vão se moldando aos atores sociais em questão.

¹ BUARQUE, S. C. (1999) Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. INCRA.

- **Processo Participativo Qualificado**

Será fundamental garantir a participação qualificada do público alvo das ações do subprograma, bem como de *stakeholders*, vinculados a gestão da pesca, durante todo o processo de implantação do subprograma. Para tanto, a geração e a troca de informações – considerando o diálogo de saberes - devem ter como pressuposto a busca de uma linguagem comum de entendimento. Nesta perspectiva será priorizado o estabelecimento de parcerias e a contratação de equipe local, integrando ao programa os traços sociais e culturais da localidade, conforme orientações da especificação técnica.

- **O conceito de Sistemas Abertos Sustentáveis**

Deve-se considerar como parte integrante da intrincada teia de fluxos que caracteriza os ecossistemas tropicais a dimensão social, os componentes biofísicos e sociais nas estruturas organizacionais, função e dinâmica, de modo que deve ser reconhecido o conhecimento ecológico tradicional. Desta forma devem-se criar unidades de cogestão para “áreas de livre acesso” que dependem da relação particular que os grupos sociais mantêm com seu respectivo território.

2.2 Contextualização e Considerações Acerca do Modo de Vida Local

As comunidades de pescadores em questão possuem um modo de vida diferenciado e modo de produção característico. Deste modo, o estabelecimento de planos de manejos compartilhados na Amazônia vem representando um importante passo para a promoção de formas socialmente justas de uso da terra que tem o potencial de reconciliar o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. (ANDERSON, 2011) ².

A população de pescadores possui sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. (DIEGUES, 2004) ³. Da mesma forma que tais comunidades não são isoladas e/ou autônomas em relação à sociedade, mas partes constituintes da mesma, desta forma estão inseridas em processos e ciclos econômicos locais e regionais e suas contradições.

Deste modo, as ações compostas neste subprograma são consideradas inseridas em um processo de cunho participativo e qualificado, onde as necessidades endógenas e o modo de vida local sejam considerados dentro da perspectiva socioecológica de modo a valorizar as formas próprias de organização social, cultural, social, religiosa, ancestral e econômica destas populações.

3. ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS DO SUBPROGRAMA

² ANDERSON, A. B. & Ioris, E. M. (2011). **A Lógica do Extrativismo: Manejo de Recursos e Geração de Renda por Produtores Extrativistas no Estuário Amazônico**. In DIEGUES, A. C. & MOREIRA A. C. “Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum”. NUPAUB – Versão PDF: 163-180. Disponível em http://www.usp.br/nupaub/Espa%C3%A7os_RecursosNaturaisUsoComum.pdf. Acessado em 03 maio 2011.

³ DIEGUES, A. C. (2004) **As Populações Tradicionais: Conflitos e Ambiguidades**. in "O Mito Moderno da Natureza Intocada" NUPAUB-USP-5ªed.

O PBA aponta como objetivos do Subprograma:

Objetivo Geral:

- Contribuir para continuidade e sustentabilidade da atividade pesqueira nas áreas de influência direta e indireta da UHE Jirau.

Objetivos Específicos:

- I-) Promover mecanismos de organização comunitária dos pescadores que apoiem o desenvolvimento e a implantação de processos gerenciais adequados à realidade da população local, permitindo o desenvolvimento da atividade de forma sustentável;
- II-) Implementar mecanismos de gestão dos recursos pesqueiros juntamente com outros recursos naturais e/ou potencialidades locais;
- III-) Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias dos pescadores na área de influência do AHE Jirau.

O desenvolvimento das atividades está alinhado com os objetivos estabelecidos no PBA da UHE Jirau no que se refere a orientar e planejar as ações e produtos relacionados à assistência técnica e associativismo que contribuam com a qualidade de vida dos pescadores e suas famílias.

Deste modo, é em consonância ao exposto anteriormente que se insere o conjunto de ações para execução do SAAP. Vale salientar que uma das premissas do subprograma é sua execução de forma participativa visando a efetiva aderência ao público alvo e demais *stakeholders*, o que implica que as proposições deverão ser validadas junto aos pescadores da região e demais partes interessadas.

Detalha-se a seguir as frentes de atuação que foram propostas (conforme apresentado em reunião com a equipe do IBAMA no dia 05/02/13) e estão sendo executadas para cumprir tais objetivos:

Frente 1 – Consolidação das informações sócio-organizativas dos pescadores das localidades alvo

- **Consolidação das informações sócio-organizativas dos pescadores das localidades alvo.**

Será consolidado nesta etapa um diagnóstico organizacional com base nas informações da etapa de monitoramento da atividade pesqueira. Este diagnóstico apontará a caracterização de atividades que permitam acesso aos meios de vida sustentáveis e as demandas e necessidades de capacitação, na área organizacional e de manejo de pesca. Buscará ainda propor meios para dar sustentabilidade às instituições ou grupos de interesse.

Este diagnóstico está sendo elaborado com base nos dados gerados pelo Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira, também parte do Programa de Monitoramento e Apoio à Atividade Pesqueira, desde o início da sua execução em 2009. Será realizado alinhamento de informações com os técnicos que participam deste Subprograma.

Adicionalmente, o diagnóstico buscará obter as perspectivas e o conhecimento do público-alvo acerca das questões socioambientais locais. O resultado do estudo indicará a situação inicial do subprograma, cujo constante monitoramento indicará as eventuais mudanças ocorridas.

- **Consolidação da metodologia proposta e elaboração de Plano de Trabalho.**

Após o desenvolvimento da consolidação do diagnóstico será feita a revisão, aperfeiçoamento e consolidação da metodologia proposta para implantação do SAAP, com elaboração de Plano de Trabalho para implantação do Subprograma.

O Plano de Trabalho de implantação das ações do Subprograma detalhará ações (eventos) por tema âncora e público-alvo, com atribuições, abrangências e cronograma conforme estabelecido no item “b” da condicionante 2.17 da Licença de Operação (LO) nº 1097/2012 da UHE Jirau, além de incluir e atender o item “c” desta mesma condicionante.

- **Validação do Plano de Trabalho de Implantação do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira.**

O documento resultante (Plano de Trabalho) será divulgado e compartilhado com o público-alvo do Subprograma.

Em continuidade à validação, será realizada 01 (uma) oficina em cada uma das 06 (seis) localidades alvo (Abunã, Fortaleza do Abunã, Nova Mutum Paraná, Iata, Nova Mamoré e Guajará Mirim), que terão suas especificidades tratadas de forma individualizada, quando for o caso, no Plano de Trabalho.

Após a validação, será dada devolutiva do que foi anteriormente conversado e diagnosticado, por meio de um produto consolidado que norteará as ações do Subprograma, permitindo a apropriação pelas comunidades de forma que se percebam agentes ativos e multiplicadores no que o mesmo se propõe.

- **Elaboração do Plano de Comunicação de apoio à implantação das ações.**

O Plano de Comunicação a ser elaborado no âmbito do SAAP da UHE Jirau, padronizará a conduta da equipe executora atuante nas atividades do Subprograma e definirá procedimentos e posturas para a condução das atividades nas comunidades.

O documento dará suporte para a equipe técnica nas diversas etapas de implantação do Subprograma, tanto no que se refere à mobilização, informação e sensibilização do público-alvo, interno e externo. A proposta é que o público-alvo seja sistematicamente e

periodicamente informado, sensibilizado e mobilizado para a participação nas atividades do Subprograma.

Frente 2 – Promoção de Mecanismos de Organização Comunitária;

O SAAP, através de seus objetivos específicos, prevê a promoção de mecanismos de organização comunitária dos pescadores que apoiem o desenvolvimento e a implantação de processos gerenciais adequados à realidade da população local, permitindo o desenvolvimento da atividade de forma sustentável.

Antes do início desta etapa, será essencial a consolidação dos dados do monitoramento (Frente 1/Atividade 1, conforme descrito anteriormente) que apontarão as demandas e as necessidades de capacitação. Serão realizadas ações, tais como:

- **Capacitação de diretores e pescadores das 03 (três) colônias de pescadores em técnicas de organização.**

O objetivo é partilhar conhecimentos e proporcionar reflexões aos diretores e pescadores das colônias em técnicas de gestão, organização e planejamento.

Diferentes atividades, com diferentes abordagens e duração serão desenvolvidas de acordo com as expectativas do público-alvo. Para o desenvolvimento deste módulo propõe-se a execução de oficinas participativas, com o apoio de materiais audiovisuais.

- **Capacitação de diretores das colônias e lideranças comunitárias para manejo participativo da pesca e organização comunitária.**

Visa-se trocar conhecimento e proporcionar reflexões aos diretores e pescadores das colônias em técnicas de manejo participativo da pesca e organização comunitária. Serão desenvolvidos os seguintes temas e ferramentas participativas, a exemplo: Associativismo; Cooperativismo; Economia Solidária; Plano de Negócios; Matriz de Relevância dentre outros.

Para esta atividade os dados oriundos do Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira servirão como subsídio para a reflexão acerca de técnicas de manejo participativo, junto com o conhecimento tradicional dos pescadores.

Para o desenvolvimento deste módulo propõe-se a execução de oficinas participativas, com o apoio de materiais audiovisuais

- **Reuniões informativas e participativas no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) da Atividade Pesqueira.**

O Grupo de Trabalho (GT) da Atividade Pesqueira é mais um canal criado para propiciar mais a informação e a participação do público-alvo do subprograma. Nestas, serão definidos os temas para discussão, bem como apresentação do desenvolvimento e dos resultados do Subprograma. Trata-se de um fórum de apoio à gestão do Subprograma.

Vale ressaltar, que o GT está inserido no âmbito do Comitê de Sustentabilidade organizado e implantado pela ESBR, tendo sido realizadas até o momento 02 (duas) reuniões, ocorridas em

março e maio de 2012. Na sequência é apresentado breve relato das reuniões e seus encaminhamentos:

- Data: 29/03/2012

Descrição: Realizada a 1ª Reunião do GT da Atividade Pesqueira no Observatório Ambiental Jirau (Nova Mutum Paraná) onde foram apresentadas informações gerais acerca do empreendimento, dados do Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira, bem como abordagem e apresentação do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira e formalização do GT propriamente dita, com indicações dos respectivos representantes pelas instituições. Neste contexto, foram levantadas dúvidas gerais e esclarecidas em reunião, tendo sido estabelecido ao final que o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) irá apresentar diretrizes e proposições para melhoria da condição da pesca e a SEDAM irá apresentar o encaminhamento da consulta jurídica referente ao manejo do Pirarucu na AID e AII da UHE Jirau;

- Data: 30/05/2012

Descrição: Realizada 2ª Reunião do GT, no Hotel Aquarius (Porto Velho/RO) onde foram abordados assuntos relativos à consulta jurídica pela SEDAM ao manejo do pirarucu (ressaltada a necessidade de ocorrer a formação do reservatório e a realização do estudo populacional do pirarucu para tratarmos do assunto devidamente). Ainda, foi abordado o documento “Subsídios Técnicos para Análise da Solicitação dos Pescadores da Área de Montante da Cachoeira Teotônio de Liberação da Pesca do Pirarucu” e discussão técnica com representantes das colônias. Por fim, em linhas gerais, os encaminhamentos desta segunda reunião foram: as colônias de Nova Mamoré (Z13), Fortaleza do Abunã (Z1) e Arara (Z13) enviarão documento à SEDAM informando que será realizada a contagem de pirarucu em suas comunidades (visando o manejo comercial), onde no possível, a ESBR e UNIR prestarão apoio/treinamento aos pescadores nesta contagem; SEDAM após análise do resultado proveniente desta contagem se posicionará acerca da autorização do manejo; FEPEARO encaminhará documento com recomendações para a manutenção da atividade pesqueira ao MPA, dentre outros.

Adicionalmente, destaca-se que para as reuniões deste GT, são convidados representantes das seguintes instituições/órgãos, os quais possuem papel fundamental na implantação deste Subprograma, de acordo com as suas atividades/responsabilidades, a saber:

- Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA;
- Ministério Público Federal - MPF;
- Ministério Público Estadual de Rondônia - MPE;
- Batalhão de Policiamento Ambiental - BPA;
- Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-1 – Tenente Santana;
- Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-2 – Guajará Mirim;

- Colônia de Pescadores Z-13 – Nova Mamoré;
- Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER;
- Federação de Pescadores e Aquicultores de Rondônia – FEPEARO;
- Instituto Brasileiro Regional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;
- Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária – SEAGRI;
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE;
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM;
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA;
- Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento – SEMAGRIC;
- Associação dos Pescadores Amadores de Rondônia – SOPESCAR;
- Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

Frente 3 – Implementação de Mecanismos de Gestão dos Recursos Pesqueiros

Esta frente prevê a elaboração de alternativas de gestão participativa da atividade pesqueira, novamente a partir da consolidação dos dados do Programa de Monitoramento e Apoio à Atividade Pesqueira, que propiciará informações da pesca comercial e de subsistência.

- **Consolidação de informações sobre as potencialidades locais.**

A partir dos dados do monitoramento, das etapas anteriores, serão realizadas visitas às localidades alvo do Subprograma em que serão aplicadas ferramentas de diagnóstico participativo, e serão consolidadas e validadas informações sobre as potencialidades locais e conhecimento tradicional em cada uma das localidades alvo através de um relatório que será validado junto às comunidades.

- **Elaboração de alternativas de gestão de pesca a partir dos dados de monitoramento pesqueiro e do conhecimento tradicional.**

A partir da consolidação de informações sobre o monitoramento pesqueiro, as potencialidades locais e o conhecimento tradicional, serão elaboradas propostas de alternativas de gestão e acordos de pesca que serão novamente submetidos à validação em cada uma das localidades alvo, possibilitando a elaboração de planos de ação para cada uma das localidades.

- **Participação no GT da Pesca ou conselhos de representantes.**

Os membros da equipe técnica terão uma participação proativa no Grupo de Trabalho – GT regional de pesca ou conselho de representantes, (GT da Pesca criado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura), Órgãos Estaduais, Universidades, etc., a fim de assegurar uma

continuidade do desenvolvimento de atividades de desenvolvimento local após o término das atividades previstas no subprograma.

- **Elaboração de plano de manejo (pirarucu) em localidades com potencial identificado.**

Será realizado estudo nas localidades alvo do subprograma analisando a viabilidade sobre o manejo de pirarucu (*Arapaima gigas*). Na comunidade com potencial identificado, e com interesse dos pescadores e partes interessadas, será incentivada a elaboração de um plano piloto de manejo para pesca artesanal. Este projeto deve ser sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Através de visitas técnicas e oficinas participativas (além da visita de intercâmbio especificada no próximo item) serão levantadas potencialidades, realizadas capacitações e se buscará constituir um grupo de manejo bem como um plano de manejo a ser submetido ao órgão ambiental competente.

- **Visita de intercâmbio a um projeto referencial de manejo de pesca.**

Como apoio à atividade anterior, será realizada uma visita de intercâmbio a uma comunidade piloto (a ser definida) com potencialidades similares às do público alvo do Subprograma, onde foram desenvolvidos planos de manejo e acordos de pesca bem sucedidos.

Frente 4 – Ações de Melhoria da Qualidade de Vida dos Pescadores

Para esta frente serão desenvolvidas e apoiadas ações de melhoria de qualidade de vida dos pescadores e suas famílias com base em capacitações relacionadas a planos de negócios e de comercialização. Buscar-se-á identificar ajustes no processo produtivo, pesquisar e identificar produtos pesqueiros e o acesso ao mercado regional.

- **Identificação e sistematização de ajustes ao processo produtivo.**

Com base nos dados do monitoramento e das etapas anteriores será desenvolvido um plano de ajuste do processo produtivo para as comunidades contempladas neste Subprograma. Este plano deverá ser apresentado e validado junto às comunidades.

- **Pesquisa e identificação de produtos pesqueiros que poderão ser absorvidos com lucratividade pelo mercado regional.**

Será realizada uma pesquisa e identificação de produtos pesqueiros que possuem potencialidade para serem absorvidos com lucratividade pelo mercado regional. Para tanto será feita uma análise da cadeia produtiva, temporalidade de maturação da alagação, sazonal e espacial.

- **Aumento do acesso às oportunidades do mercado regional e vendas ao poder público através de integração em rede.**

Serão desenvolvidas e potencializadas redes de comercialização que buscarão a integração dos produtos pesqueiros com os centros consumidores locais; a busca de novos mercados e a tentativa de venda ao poder público e a merenda escolar através de programas como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

- **Proposição de melhorias para o aproveitamento e comercialização dos produtos com valor agregado.**

Nesta atividade serão desenvolvidos planos de negócios a fim de identificar a possibilidade de aumentar os valores agregados dos produtos pesqueiros, através de medidas como o beneficiamento e a certificação.

4. ATENDIMENTO ÀS METAS DO SUBPROGRAMA

Conforme o PBA as metas do Subprograma estão organizadas de acordo com o quadro abaixo em que é apresentado o status do atendimento.

Objetivos	Metas	Prazo para realização	Status do atendimento
1. Promover mecanismos de organização comunitária dos pescadores que apoiem o desenvolvimento e a implantação de processos gerenciais adequados à realidade da população local, permitindo o desenvolvimento da atividade de forma sustentável.	1.1 Divulgação do projeto junto às 06 (seis) localidades alvo (Abunã, Fortaleza do Abunã, Nova Mutum Paraná, IATA, Nova Mamoré e Guajará - Mirim).	6 meses.	Em atendimento. Divulgação do projeto e apresentação das equipes de campo junto as localidades alvos e instituições a partir do mês de fev. 2013.
	1.2 Consolidar as informações sócio organizativas dos pescadores das localidades alvo desde a primeira fase (monitoramento).	6 meses.	Em Atendimento. Realização de visitas as Colônias e pescadores e entrevistas institucionais Fev/Mar. 2013 Aplicação de questionários e reconhecimento das localidades Mar/Abr de 2013.
	1.3 Capacitar os diretores e pescadores de 03 (três) colônias de pescadores em técnicas e organização.	18 meses.	Não aplicável no momento.
	1.4 Capacitar diretores das colônias e lideranças comunitárias para atuação em manejo participativo da pesca e organização comunitária.	Contínuo após o 1º semestre de execução.	Não aplicável no momento.
	1.5 Reuniões informativas e participativas no âmbito de um GT dos pescadores das localidades alvo sobre o desenvolvimento do	Contínuo após o início da execução do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira.	Em Atendimento Não houve realização de reunião do GT.

Objetivos	Metas	Prazo para realização	Status do atendimento
	Programa de Monitoramento e Apoio à Atividade Pesqueira.		
2. Implementar mecanismos de gestão dos recursos pesqueiros juntamente com outros recursos naturais e/ou potencialidades.	2.1 Consolidar informações sobre as potencialidades locais.	1º ano	Em Atendimento . Realização do levantamento das informações das potencialidades locais Mar/Abr 2013.
	2.2 Elaborar alternativas de gestão da pesca a partir dos dados de monitoramento pesqueiro e do conhecimento tradicional.	1º a 3º ano.	Em Atendimento . Elaboração das alternativas de gestão a partir de Fev. 2013.
	2.3 Participar do GT da pesca ou conselhos de representantes.	Contínuo a partir do 2º ano.	Em Atendimento. Não houve nenhum GT ou conselhos de representantes.
	2.4 Elaborar e estabelecer plano de manejo (pirarucu) em localidades com potencial identificado.	A partir do 2º ano.	Não aplicável no momento.
3. Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos pescadores e de suas famílias na área de influência do AHE Jirau.	3.1 Identificar e sistematizar ajustes ao processo produtivo.	1º ano	Em Atendimento . Levantamento de dados sendo realizado mas insuficiente para identificação.
	3.2 Pesquisar e identificar os produtos pesqueiros que poderão ser absorvidos com lucratividade pelo mercado regional (cadeia produtiva, temporalidade de maturação da alagação, sazonal e espacial).	2º ano	Não aplicável no momento.
	3.3 Aumentar o acesso às oportunidades do mercado regional, vendas ao poder público e da integração em rede e do alcance de novos mercados.	2º ano	Não aplicável no momento.
	3.4 Propor melhorias para o aproveitamento e comercialização dos produtos com valor	3º ano	Não aplicável no momento.

Objetivos	Metas	Prazo para realização	Status do atendimento
	agregado (produto certificado, sustentável).		
	3.5 Estabelecer e monitorar indicadores socioambientais para os pescadores da área de influência do AHE Jirau;	A partir do 1º ano e contínuo até o final do Programa	Em Atendimento.. Levantamento sendo realizado, mas dados são insuficientes.

No próximo item são apresentados os trabalhos realizados neste período (novembro/2012 a abril/2013) conforme as ações consolidadas mês a mês.

5. RESULTADOS CONSOLIDADOS

5.1 Atividades Desenvolvidas no Período (novembro/2012 a Abril/2013)

São apresentados neste item os resultados e evidências das atividades realizadas no período de novembro de 2012 a abril de 2013. De forma geral, destacam-se ações de mobilização de equipe, articulação e fortalecimento institucional e consolidação das informações sócio organizativas dos pescadores das localidades alvo. Frisa-se que tais ações são essenciais ao início da execução de um projeto de cunho participativo que vise à aderência do público alvo.

5.1.1 Elaboração de Nota Técnica em Resposta à Condicionante 2.17 item “a” da Licença de Operação

Elaboração de Nota Técnica em atenção à condicionante 2.17 item “a” da Licença de Operação Nº 1097/2012 emitida em 19 de outubro de 2012 que dispõe:

2.17. No âmbito do Subprograma de Monitoramento da Pesca, apresentar:

a) Em 30 (trinta) dias, proposta de ações de mitigação e/ou compensação associadas aos resultados do monitoramento, de forma a atender os pescadores eventualmente afetados pela implantação do empreendimento.

A nota foi protocolada, em 19 de novembro de 2012, através da correspondência AJ/TS 2329-2012, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. A resposta a condicionante é apresentada no **Anexo I**.

5.1.2 Visita exploratória na área de abrangência do SAAP

Dezembro de 2012 – Realizada visita exploratória nas comunidades alvo do Subprograma, a saber: Guajará-Mirim, Nova Mutum Paraná, Iata, Nova Mamoré, Abunã, Fortaleza do Abunã pela equipe da Arcadis Logos.

A visita teve como objetivos principais: 1) Reconhecimento inicial das comunidades alvo do programa; 2) Reconhecimento de logística e acesso as comunidades; 3) Reconhecimento rápido do perfil socioeconômico das comunidades. Durante as visitas de campo, alguns pescadores foram abordados de forma aleatória.

O relato das observações de campo é apresentado no **Anexo II**.

Apresenta-se a seguir alguns registros fotográficos da visita exploratória.



Foto 1 – Barcos de Pesca – Guajará Mirim.



Foto 2 – Sede da Colônia Z2 – Guajará Mirim.



Foto 3 – Rio Mamoré – Iata – Guajará Mirim.



Foto 4 – Vila Murтинho – Nova Mamoré.

5.1.3. Elaboração de Mapa das Localidades-Alvo.

No período foi elaborado mapa com a localização das comunidades alvo do SAAP. O mapa é apresentado no **Anexo III**.

5.1.4 Elaboração de Matriz Institucional

A Matriz Institucional e de *Stakeholders* visa mapear os principais atores sociais que apresentam relação com o projeto, compondo um banco de dados, que será permanentemente atualizado. Nessa matriz encontram-se diversas instituições, tanto do setor público como privado. Essas instituições e *stakeholders* estão agrupados da seguinte maneira: órgão público; sociedade civil organizada; órgão multissetorial; instituição privada; instituição de ensino; instituição religiosa; instituição financeira; lideranças; veículos de comunicação e outros.

A Matriz Institucional é um elemento essencial para subsidiar e organizar os contatos institucionais e o histórico de relacionamento com as partes interessadas.

Neste período foram inseridos inicialmente os contatos das instituições que já participam do Grupo de Trabalho (GT) da Atividade Pesqueira. Ao longo do projeto serão inseridos os novos contatos e informações sobre os atores sociais relevantes e o histórico de relacionamento do

Programa com tais instituições e/ou lideranças. A Matriz Institucional é apresentada no **Anexo IV**.

A Tabela 1 abaixo apresenta o número de atores sociais identificados e sistematizados em cada um desses grupos até o momento.

Tabela 1 - Sistematização Matriz Institucional e de Stakeholders.

Grupo	Quantidade
Associação Comunitária	1
Instituição de Ensino	1
Órgãos Públicos	11
Associação de classe/Colônias	4
Outros	1
Total	18

Elaboração: ARCADIS logos, janeiro de 2013.

5.1.5. Agendamento de reuniões e elaboração de roteiro de entrevista com *stakeholders*

Foram agendadas e confirmadas reuniões iniciais com as instituições apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Reuniões com *Stakeholders* agendadas.

Instituição	Local	Interlocutor	Data / Hora
Associação de Pescadores Amadores - SOPESCAR	Sede da Instituição	Luiz Valter	07/02/13 – 9hs
Colônia de Pescadores Z2 - Guajará-Mirim	Sede da Instituição	Gerônima Melo	06/02/13 – 10hs
Federação de Pescadores e Aquicultores de Rondônia - FEPEARO	Sede da Instituição	Hélio Braga	07/02/13 – 9hs
Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBIO	Sede da Instituição	Marcelino Ferreira	07/02/13 – 9hs
Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento - SEMAGRIC	Sede da Instituição	Sec. João Leonel	06/02/13 – 9hs
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE	Sede da Instituição	João Machado	05/02/13 – 9hs

Elaboração: ARCADIS logos, janeiro de 2013.

Além dessas reuniões confirmadas, estão sendo marcadas visitas a todas as outras instituições da Matriz Institucional.

Esses primeiros contatos visaram estabelecer um canal de comunicação entre os envolvidos, esclarecer e verificar as principais dúvidas e posicionamentos dos mesmos sobre o Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira, especialmente sobre as eventuais possibilidades de parcerias e sinergias que possam ser desenvolvidas com essas instituições.

A fim de subsidiar as entrevistas foi elaborado um roteiro semiestruturado com a metodologia “*Sondeo*”, proposta por Peter Hildebrandt, da Universidade de Michigan (1994), que possibilita a inclusão de temas e a incorporação de novos atores ao longo da realização da entrevista em profundidade. O roteiro é apresentado no **Anexo V**.

5.1.6. Visita e entrevista com *stakeholders* em áreas de abrangência do SAAP para consolidação das informações, diagnóstico sócio-organizativo das localidades, articulação institucional e reconhecimento de campo por parte da equipe local.

As visitas tiveram como objetivos principais:

- 1) Reconhecimento do perfil socioeconômico das comunidades para construção do diagnóstico sócio organizativo das localidades;
- 2) Identificação de potencialidades para articulação institucional e potenciais parcerias;
- 3) Reconhecimento das comunidades alvo do programa pela equipe local.

Fevereiro de 2013 – Foram realizadas visitas exploratórias em algumas das comunidades alvo do Subprograma (Abunã e Fortaleza do Abunã), bem como entrevistas com pescadores destas localidades. Foram também realizadas entrevistas com as seguintes instituições:

- Colônia de pescadores e aquicultores Z1;
- Colônia de pescadores Z2 - Guajará-Mirim;
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER;
- Federação de Pescadores e Aquicultores de Rondônia – FEPEARO;
- Sindicato dos Pescadores e Aquicultores de Rondônia – SINDIPESCA;
- Sindicato dos Pescadores de Porto Velho;
- Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio;
- Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA;
- Secretaria do Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM;
- Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAGRIC;
- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES;
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

Além dessas entrevistas realizadas, estão sendo marcadas visitas às demais instituições da Matriz Institucional do Subprograma com o objetivo de estabelecer os primeiros contatos com as partes interessadas e avaliar as possibilidades de parcerias e articulações institucionais.

O relatório completo com análises/resultados dos relatos das visitas e das entrevistas é apresentado no **Anexo VI**.

Apresenta-se a seguir registro fotográfico de algumas das visitas.



Foto 5 – Entrevista com pescadora Nilce Souza Magalhães em Abunã.



Foto 6 – Entrevista com pescadora Lúcia em Abunã.



Foto 7 – Entrevista com pescadores Ademar Vasconcelos de Jesus, Eliseu Ernesto de Oliveira, Raimundo Nonato Costa Pontes e Nilceu Carlos Lopes de Oliveira em Fortaleza do Abunã.



Foto 8 – Entrevista com coletora Cristiane da Silva do Subprograma de Monitoramento Pesqueiro UHE Jirau.



Foto 9 – Entrevista com pescador Alceu Pires da Silva em Abunã.



Foto 10 – Entrevista com pescadora Raimunda de Souza em Abunã.



Foto 11 – Entrevista com a equipe técnica da EMATER - Mirtes Pinheiro e Elande Salim.



Foto 12 – Entrevista com a equipe técnica da SEMAGRIC (Licério Soares – Sec. Adjunto; Thiago Oliveira – Técnico; Marina Veloso – Coord. De Pesca; Marcio Costa – Assis. Técnica).



Foto 13 – Entrevista com representante do SEBRAE – RO - João do Nascimento Neto.



Foto 14 – Entrevista com coord. Substituto do ICMBio – RO – Marcelino Azevedo.

5.1.7. Reunião do com representantes do IBAMA (Brasília)

Em fevereiro de 2013 foi apresentado em reunião realizada com o IBAMA em Brasília resposta ao Parecer Técnico nº161/2012 emitido através do ofício nº394/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, ocasião em que foi possível retomar os principais objetivos, princípios metodológicos e atividades de curto e médio prazos do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira.

Durante a reunião foi realizada apresentação das ações a médio e longo prazo a serem desenvolvidas pelo Subprograma. Como principais encaminhamentos, o IBAMA solicitou a antecipação do início do Plano de Manejo do Pirarucu e foi prorrogado o prazo para apresentação do Plano de Trabalho (para atendimento ao item “b” da condicionante 2.17) para o mês de agosto de 2013.

A Ata da reunião com o IBAMA é apresentada no **Anexo VII**.

5.1.8. Plano Executivo de Implantação das Ações do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira

Elaborada minuta de Plano Executivo de Implantação das ações do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira, para as atividades no período de Dezembro de 2012 a Agosto de 2013. A minuta do Plano Executivo é apresentada no **Anexo VIII**.

5.1.9 Elaboração do Plano de Comunicação

Em março de 2013 foi realizada no canteiro de obras da UHE Jirau, reunião de alinhamento técnico entre equipe da ARCADIS logos, ESBR e Clara Comunicações.

Participaram da reunião a equipe técnica da ARCADIS logos (Miriam Ribeiro, Patricia Bertola, Marcos Paulo Fonseca e Atielli de Oliveira), ESBR (Jairo Guerrero, Cirlene Furini, Marco Canedo e Sabryna) e Clara Comunicação (Marinalva).

A reunião teve como objetivo o alinhamento junto à equipe Clara Comunicações que desenvolve o Programa de Comunicação Social - PCS, a fim de dar subsídios para a elaboração do Plano de Comunicação do SAAP.

Durante a reunião foi apresentada a necessidade do desenvolvimento de material do tipo *folder*, contendo informações básicas sobre o empreendimento, os principais objetivos do programa e perguntas e respostas sobre os principais questionamentos observados durante o primeiro contato da equipe com os pescadores e instituições de foco.

O material deverá ser produzido pela ARCADIS logos e repassado para ESBR para aprovação.



Foto 15 – Reunião para elaboração do Plano de Comunicação da Atividade Pesqueira.

5.1.10 Articulação institucional e contato com *stakeholders*

Durante o mês de março foram realizadas entrevistas com o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio, Colônia de pescadores e aquicultores da Z1 e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA.

As entrevistas tiveram como objetivos (i) reconhecimento do perfil socioeconômico das comunidades para construção do diagnóstico sócio organizativo das localidades através da visão das instituições e (ii) identificação de potencialidades para articulação institucional e potenciais parcerias.



Foto 16 – Entrevista com Chefe Substituto da Reserva Extrativista do Cuniã - ICMBIO – Cristiano Andrey.



Foto 17 – Entrevista com a Chefe Substituto da Reserva Manguari – Claudineia Barbosa de Lima.



Foto 18 – Entrevista com o Secretário da Colônia Z1 – Amarildo Batista da Costa.



Foto 19 – Entrevista com o técnico do IBAMA (Setor de Pesca) – Jácomo Antônio Mediate.

6. INDICADORES

Monitoramento é entendido como o acompanhamento contínuo e sistemático da implantação das ações determinadas para alcançar os objetivos e metas do SAAP.

Tal acompanhamento visa assegurar que as ações e respectivos produtos progridam em consonância com as diretrizes metodológicas e procedimentos operacionais previamente idealizados, o cronograma e o orçamento originalmente preconizados quando da elaboração do Programa.

Em particular, o sistema de monitoramento de projetos sociais, prima pelo aspecto de resolver os problemas detectados pelo acompanhamento. Ou seja, sempre e quando forem detectados problemas na evolução da implantação das ações, será enviado às instâncias competentes não apenas o alarme do problema, mas também e sobretudo os encaminhamentos que devem ser assumidos para resolução das questões.

A montagem e implantação do sistema de monitoramento aqui proposto irá requerer desenvolvimento das seguintes atividades:

- (i) Demarcação de fatores e aspectos determinantes do êxito do programa;
- (ii) Definição de indicadores - Uma vez demarcados os fatores e respectivos aspectos determinantes do êxito do Programa, o próximo passo será definição dos indicadores correspondentes, com suas respectivas fontes (secundárias e sondagens expeditas de campo) e periodicidade de coleta;
- (iii) Desenho, teste e consolidação das operativas para coleta de indicadores; estrutura de entrevistas e modelo de questionário;
- (iv) Criação do Marco Zero (Banco de Dados). Entendendo como marco zero os graus de conhecimento e atitudes do público alvo com relação aos temas do programa antes do início da implantação do mesmo.

Dispondo dos elementos indicados nos parágrafos em epígrafe, estão dadas as condições para implantar o sistema de monitoramento propriamente dito e as atividades sequencias para tanto são:

- (i) Montagem do Banco de Dados - Marco Zero;
- (ii) Coleta sistemática de informações associadas aos indicadores do Marco Zero e inclusão de resultados no Banco de Dados;
- (iii) Análise sistemática da evolução dos indicadores, com emissão de informes de andamento do Programa e de informes de alerta quando necessários.

7. INTERFACES

Como previsto nos objetivos e metas do programa, sua execução deverá observar interfaces existentes com outros programas desenvolvidos pelo AHE Jirau, tais como o Programa de Conservação da Ictiofauna, Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira e programas do meio socioeconômico, com o intuito de obter sinergia e maximizar resultados junto aos beneficiários do programa.

Programas sob Interface	Status de Atendimento
Programa de Conservação da Ictiofauna - PCI	Foram apresentados os dados do PCI a equipe do SAAP em reunião conjunta com o IBAMA/DILIC.
Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira - SMAP	Realizada reunião em novembro/2012 em que a equipe do SMAP apresentou os resultados parciais do monitoramento da atividade pesqueira.
Programa de Comunicação Social - PCS	Realizada em março/2013 reunião de alinhamento com a equipe do PCS com o objetivo de elaborar folder de apresentação do Subprograma para distribuição nas comunidades e instituições.
Programa de Educação Ambiental - PEA	Foi realizada uma visita para reconhecimento das ações de cooperativismo e piscicultura implementadas.

8. ATENDIMENTO AO CRONOGRAMA

As ações do período estão sendo realizadas de acordo com os prazos previstos, em conformidade com as metas definidas para o Programa, constantes da Licença de Operação Nº 1097/2012 da UHE Jirau, conforme cronograma abaixo.

Etapa / Atividade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36		
Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira																																						
Frente 1 - Planejamento de Mobilização da Equipe Local																																						
Atividade 1 - Assinatura da Ordem de Serviço	■																																					
Atividade 2 - Reunião de Abertura	■																																					
Atividade 3 - Formação de Equipe Local e Instalação de Escritório e Base de Apoio	■	■																																				
Atividade 4 - Treinamento Institucional e de SSO			■												■														■									
Frente 2 - Consolidação das informações sócio-organizativas dos pescadores das localidades alvo e elaboração de plano de trabalho																																						
Atividade 1 – Consolidação das informações sócio-organizativas dos pescadores das localidades alvo		■	■	■	■	■	■																															
Atividade 2 – Consolidação da metodologia proposta e elaboração de Plano Executivo		■	■	■	■	■	■																															
Atividade 3 – Validação do Plano Executivo de Implantação do Programa de Apoio a Atividade Pesqueira						■	■	■	■																													
Atividade 4 – Elaboração do Plano de Comunicação de apoio à implantação das ações						■	■	■																														
Atividade 5 - Elaboração/criação e confecção de material didático e informativo/comunicação						■	■					■						■					■													■		
Frente 3 – Promoção de Mecanismos de Organização Comunitária;																																						
Atividade 1 – Capacitação de diretores e pescadores de 03 (três) colônias de pescadores em técnicas de organização						■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Atividade 2 – Capacitação de diretores das colônias e lideranças comunitárias para manejo participativo da pesca e organização comunitária									■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Atividade 3 – Reuniões informativas e participativas no âmbito de um GT dos pescadores das localidades alvo sobre o desenvolvimento do Programa de Monitoramento e Apoio à Atividade Pesqueira					■			■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Frente 4 - Implementação de Mecanismos de Gestão dos Recursos Pesqueiros																																						
Atividade 1 – Consolidação de informações sobre as potencialidades locais				■		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Atividade 2 – Elaboração de alternativas de gestão de pesca a partir dos dados de monitoramento pesqueiro e do conhecimento tradicional																																						
Atividade 3 – Participação do GT da pesca ou conselhos de representantes																																						
Atividade 4 – Elaboração e estabelecimento de plano de manejo (pirarucu) em localidades com potencial identificado																																						
Atividade 5 - Visita de intercâmbio à um projeto referencial de manejo de pesca																																						
Frente 5 - Ações de Melhoria da Qualidade de Vida dos Pescadores																																						
Atividade 1 – Identificação e sistematização de ajustes ao processo produtivo																																						
Atividade 2 – Pesquisa e Identificação de produtos pesqueiros que poderão ser absorvidos com lucratividade pelo mercado regional																																						
Atividade 3 – Aumento do acesso às oportunidades do mercado regional e vendas ao poder público através de integração em rede																																						
Atividade 4 – Proposição de melhorias para o aproveitamento e comercialização dos produtos com valor agregado																																						
Frente 6 – Monitoramento e Avaliação do Programa s																																						
Atividade 1 – Monitoramento e Avaliação do Programa																																						
Frente 7 – Gestão do Programa																																						
Atividade 1 -Encontros de Gestão																																						
Atividade 2 – Elaboração de relatórios mensais e semestrais																																						

9. CONCLUSÃO

Esta fase inicial de implantação do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira vem sendo conduzida de forma a atender as premissas do previsto no PBA bem como as recomendações do Parecer do DILIC Nº 161/2012 emitido em 21 de dezembro de 2012 e da equipe do DILIC/IBAMA em reunião no dia no dia 05/02/13.

Neste período se destacam ações de mobilização de equipe local, consolidação de informações sobre as características sócioorganizativas do público alvo, bem como a apresentação do programa as instituições e partes interessadas envolvidas. Acredita-se que pelo escopo das atividades previstas, torna-se essencial o trabalho de articulação político-institucional e consulta aos pescadores inserido em uma perspectiva metodológica participativa.

Vale salientar que este subprograma possui uma perspectiva de “incubação”, ou seja, se pretende, ao fim da implantação, que as tecnologias sociais desenvolvidas sejam apropriadas pelos pescadores e suas famílias e contribuam num longo prazo com a melhoria da qualidade de vida. Para tanto, torna-se mais uma vez fundamental o desenvolvimento de sólidas relações institucionais com projetos e programas, governamentais ou não, em interface com os objetivos do Subprograma.

Neste sentido, conforme exposto no PBA, a minimização dos impactos na atividade pesqueira nas localidades afetadas, caso estes sejam identificados durante a execução das atividades de caracterização e monitoramento, requer que as empresas, apoiadas pelo Estado e pelas agências de desenvolvimento, invistam em ações de fortalecimento sócio-político dos pescadores locais, respeitando sua lógica e conhecimentos tradicionais na implantação de políticas de cogestão da pesca. Essa prática poderá garantir a sustentabilidade da pesca na região, bem como a implementação de alternativas de renda para a população das comunidades afetadas.

As atividades neste período estão alinhadas com as diretrizes estabelecidas no que se refere a alocar uma equipe de profissionais multidisciplinares conforme as necessidades do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira que a partir de diagnósticos e ações participativas passará nos próximos períodos a orientar e desenvolver as ações e produtos relacionados à assistência técnica e associativismo que contribuam com a qualidade de vida dos pescadores e suas famílias.

Em resumo, acredita-se que estão em curso ações que irão contribuir para a continuidade e sustentabilidade da atividade pesqueira nas áreas de influência da UHE JIRAU.

10. EQUIPE TÉCNICA

Nome do Profissional	RG	CTF IBAMA	Qualificação	Função no Projeto
Sandra Elisa Favorito	16185788-7	521629	Bióloga, Dr ^a .	Gerente de Projetos
Rodrigo Satoshi Kato	23877993-2	756696	Arquiteto	Gerente Operacional
Miriam Ribeiro	14012620	2055978	Economista	Gerente Socioeconomia
Bruno Menucci	34645411-6	3073496	Cientista Social	Analista Socioambiental/Apoio à Coordenação
Patrícia Beloto Bertola	238230922	1931893	Veterinária, MSc.	Lider de Estudos
Marcos Paulo dos Santos Fonseca	3590523	618458	Biólogo	Coordenador de Projetos Socioambiental
Atielli Crislân de Oliveira	000.923.996	5748938	Eng ^a de Pesca	Analista de Gestão Socioambiental
Juliana Oliveira	8.438.232 SSP MG	4977681	Assistente Social	Analista Ambiental
Nilson Marchioro	782073-9	1623851	Eng ^o Agrônomo, Dr.	Consultor
Aníbal dos Santos Rodrigues	4315817-1	2026391	Eng ^o Agrônomo, Dr.	Consultor

11. ANEXOS

- **Anexo I – Nota Técnica em atenção à condicionante 2.17**
- **Anexo II – Relato de visita exploratória de campo**
- **Anexo III – Mapa das localidades alvos**
- **Anexo IV – Matriz Institucional**
- **Anexo V – Roteiro de entrevistas**
- **Anexo VI – Relato de entrevistas**
- **Anexo VII – ATA de reunião com IBAMA**
- **Anexo VIII – Minuta de Plano Executivo**

São Paulo, 03 de Maio de 2013.

**KARIN FORMIGONI
ARCADIS logos S.A.**

Anexo I. Nota Técnica em atenção à condicionante 2.17



Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira

Condicionante 2.17 da Licença de Operação (LO) nº
1097/2012.

Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR

Novembro de 2012



Nota Técnica

Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira

Condicionante 2.17 da Licença de Operação (LO) nº
1097/2012

Energia Sustentável do Brasil S.A.

São Paulo
Novembro / 2012

Sumário

1.	Apresentação	2
2.	Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira.....	3
2.1.	Cronograma	10

1. Apresentação

Em atenção ao item “a” da condicionante 2.17 da Licença de Operação (LO) nº 1097/2012 da Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 19 de outubro de 2012, que dispõe:

2.17. No âmbito do Subprograma de Monitoramento da Pesca, apresentar:

a) Em 30 (trinta) dias, proposta de ações de mitigação e/ou compensação associadas aos resultados do monitoramento, de forma a atender os pescadores eventualmente afetados pela implantação do empreendimento.

A Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR) contratou a empresa ARCADIS logos para a execução do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira do Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Jirau, cujo conjunto de ações previstas tem como base a análise do Programa de Monitoramento e Apoio à Atividade Pesqueira, além das diretrizes resultantes do “Relatório Técnico Consolidado do Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira - período abril/2009 a fevereiro/2012”, elaborado pela UNIR/IEPAGRO, bem como das recomendações apresentadas pelo IBAMA no Parecer Técnico (PT) nº 124/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, o qual subsidiou a emissão da LO do empreendimento.

Vale ressaltar que de acordo com o previsto originalmente no PBA, o Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira deveria ser elaborado 01 (um) ano após a formação do reservatório da UHE Jirau e deveria considerar os resultados obtidos nos primeiros anos de monitoramento pesqueiro, contemplando ações necessárias para a mitigação e/ou a compensação, caso fossem identificados impactos causados pelo empreendimento sobre a atividade pesqueira. Entretanto, a ESBR antecipou a elaboração deste em mais de 03 (três) anos, tendo apresentado ao órgão ambiental em outubro de 2011, no Anexo 4.30.2 do Relatório Consolidado.

Este Subprograma foi analisado pelo IBAMA por meio do PT nº 27/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, encaminhado à ESBR em abril de 2012, através do Ofício nº 208/2012/CGENE/DILIC/IBAMA, tendo sido aprovado, conforme trecho abaixo extraído do referido parecer. É importante destacar que as ações contempladas neste Subprograma, conforme proposto e devidamente aprovado, estavam previstas para serem executadas somente após o término do enchimento do reservatório da UHE Jirau.

“De forma geral, a proposta de subprograma atende ao previsto na condicionante específica. Eventuais ajustes poderão ser discutidos entre as equipes técnicas.”

2. Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira

Este Subprograma busca possibilitar, frente à vulnerabilidade dos pescadores e de suas famílias com as alterações que poderão ocorrer após a formação do reservatório da UHE Jirau, maior qualidade para gestão efetiva dos recursos naturais pesqueiros da região. Além disso, o Subprograma elenca como objetivos: (i) Promover mecanismos de organização comunitária dos pescadores que apoiem o desenvolvimento e a implantação de processos gerenciais adequados à realidade da população local, permitindo o desenvolvimento da atividade de forma sustentável; (ii) Implementar mecanismos de gestão dos recursos pesqueiros; (iii) Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias dos pescadores na área de influência da UHE Jirau.

O “Relatório Técnico Consolidado do Programa de Monitoramento e Apoio à Atividade Pesqueira período abril/2009 a fevereiro/2012”, apresentado ao IBAMA em maio de 2012 para subsidiar a emissão da LO, bem como as recomendações do PT nº 124/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, indicam que *“parte dos pescadores participantes das entrevistas, utilizadas na metodologia do monitoramento, relata dificuldades para manutenção da atividade pesqueira após o enchimento do reservatório, principalmente aqueles que efetuam a atividade nas áreas afetadas pelo enchimento do reservatório de Santo Antônio. As restrições das áreas de pesca contribuem significativamente para o estabelecimento de processos de conflito do uso de recursos pesqueiros.”* Além disso, o referido Relatório Técnico Consolidado aponta que *“para minimizar os impactos na atividade pesqueira em todas as localidades é imprescindível o desenvolvimento de ações de fortalecimento sócio-político e econômico dos pescadores, na busca de alternativas econômicas, sustentáveis e com potencial de promover melhorias de qualidade de vida, conforme proposto no Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira da UHE Jirau”.*

Deste modo, é em consonância ao exposto anteriormente que se insere o conjunto de ações da empresa ARCADIS logos para execução do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira. Vale salientar que uma das premissas deste Subprograma é sua execução de forma participativa visando à efetiva aderência ao público alvo e a demais *stakeholders*, o que implica que as proposições deverão ser construídas, apresentadas e validadas junto aos pescadores da região e demais partes interessadas. A expectativa é que essa construção coletiva, em cada uma das frentes propostas, resulte em medidas e ações capazes de contribuir na mitigação dos possíveis efeitos negativos da implantação da UHE Jirau na atividade pesqueira, caso estes sejam comprovados.

Desse modo, serão pontos focais: 1) A Consolidação de Informações sobre os pescadores das localidades alvo; 2) A Promoção de Mecanismos de Organização Comunitária; 3) A Implementação de Mecanismos de Gestão dos Recursos Pesqueiros; 4) Ações de Melhoria da Qualidade de Vida dos Pescadores; e 5) Monitoramento e Avaliação do Programa, conforme detalha-se, preliminarmente, a seguir:

Frente 1 – Consolidação das informações sócio-organizativas dos pescadores das localidades alvo

- **Consolidação das informações sócio-organizativas dos pescadores das localidades alvo**

Será consolidado nesta etapa um diagnóstico organizacional com base nas informações da etapa de monitoramento da atividade pesqueira. Este diagnóstico apontará a caracterização de atividades que permitam acesso a meios de vida sustentáveis e as demandas e necessidades de capacitação, na área organizacional e de manejo de pesca e buscará propor meios para dar sustentabilidade as instituições ou grupos de interesse.

Este diagnóstico está sendo elaborado com base nos dados gerados pelo Programa de Monitoramento e Apoio à Atividade Pesqueira, desde o início da sua execução em 2009. Será realizado alinhamento de informações com os técnicos que participam deste Programa.

Adicionalmente, o diagnóstico buscará obter as perspectivas e o conhecimento do público-alvo acerca das questões socioambientais locais. O resultado do estudo indicará a situação inicial do subprograma, cujo constante monitoramento indicará as eventuais mudanças ocorridas.

- **Consolidação da metodologia proposta e elaboração de Plano de Trabalho**

Após o desenvolvimento da consolidação do diagnóstico será feita a revisão, aperfeiçoamento e consolidação da metodologia proposta para implantação do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira, com elaboração de Plano de Trabalho para implantação do Subprograma.

Após a consolidação da metodologia a ser adotada, será elaborado o Plano de Trabalho de implantação das ações do Subprograma com foco no público-alvo. O documento detalhará ações (eventos) por tema âncora e público-alvo, com atribuições, abrangências e cronograma conforme estabelecido no item “b” da condicionante 2.17 da Licença de Operação (LO) nº 1097/2012 da Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau, além de incluir e atender o item “c” desta condicionante.

- **Validação do Plano de Trabalho de Implantação do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira**

O documento resultante (Plano de Trabalho) será divulgado e compartilhado com o público-alvo do Subprograma através da entrega do mesmo para as lideranças de cada segmento.

Desta forma será realizada 01 (uma) oficina junto a cada uma das 06 (seis) localidades alvo (Abunã, Fortaleza do Abunã, Nova Mutum Paraná, Iata, Nova Mamoré e Guajará Mirim), as quais terão suas especificidades tratadas de forma específica e individualizada, quando for o caso, no Plano de Trabalho.

Neste contexto, o público a ser trabalhado validará e terá uma devolutiva do que foi anteriormente conversado e diagnosticado por meio de um produto consolidado que norteará as ações do Subprograma, permitindo que as comunidades possam se apropriar do

subprograma e perceberem-se como agentes ativos e multiplicadores no que o mesmo se propõe.

- **Elaboração do Plano de Comunicação de apoio à implantação das ações**

O Plano de Comunicação específico, a ser elaborado no âmbito do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira da UHE Jirau, padronizará a conduta da equipe executora atuante nas atividades do Subprograma e definirá procedimentos e posturas para a condução das atividades nas comunidades.

O documento dará suporte para a equipe técnica nas diversas etapas de implantação do Subprograma, tanto no que se refere à mobilização, informação e sensibilização do público-alvo, interno e externo. O público-alvo será sistematicamente e periodicamente informado, sensibilizado e mobilizado para a participação nas atividades do Subprograma.

Frente 2 – Promoção de Mecanismos de Organização Comunitária;

O Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira, através de seus objetivos específicos, prevê a promoção de mecanismos de organização comunitária dos pescadores que apoiem o desenvolvimento e a implantação de processos gerenciais adequados à realidade da população local, permitindo o desenvolvimento da atividade de forma sustentável.

Antes do início desta etapa, será essencial a consolidação dos dados do monitoramento (Frente 1/Atividade 1, conforme descrito anteriormente) que apontarão as demandas e as necessidades de capacitação. Serão realizadas ações, tais como:

- **Capacitação de diretores e pescadores de 03 (três) colônias de pescadores em técnicas de organização.**

O objetivo é partilhar conhecimentos e proporcionar reflexões aos diretores e pescadores das colônias em técnicas de gestão, organização e planejamento.

Diferentes atividades, com diferentes abordagens e duração serão desenvolvidas de acordo com as expectativas do público-alvo. Para o desenvolvimento deste módulo propõe-se a execução de oficinas participativas (com o apoio de materiais audiovisuais) e exibição de vídeos.

- **Capacitação de diretores das colônias e lideranças comunitárias para manejo participativo da pesca e organização comunitária.**

Visa-se trocar conhecimentos e proporcionar reflexões aos diretores e pescadores das colônias em técnicas de manejo participativo da pesca e organização comunitária. Serão desenvolvidos seguintes temas e ferramentas participativas, a exemplo: Associativismo; Cooperativismo; Economia Solidária; Plano de Negócios; Matriz de Relevância, dentre outros.

Para esta atividade os dados oriundos do Programa de Monitoramento e Apoio à Atividade Pesqueira servirão como subsídio para a reflexão acerca de técnicas de manejo participativo, junto com o conhecimento tradicional dos pescadores.

Para o desenvolvimento deste módulo propõe-se a execução de oficinas participativas (com o apoio de materiais audiovisuais) e exibição de vídeos.

- Reuniões informativas e participativas no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) da Atividade Pesqueira.

Esta atividade visa propiciar um momento participativo através do Grupo de Trabalho já existente, em que se definirão os temas, acompanhará e divulgará os resultados e o desenvolvimento do Subprograma. Servirá como um fórum de apoio à gestão do Subprograma.

Vale ressaltar, que no âmbito do Comitê de Sustentabilidade organizado e implantado pela ESBR foi constituído o GT da Atividade Pesqueira, tendo sido realizadas até o momento 02 (duas) reuniões, ocorridas em março e maio de 2012. Na sequência é apresentado breve relato das reuniões e seus encaminhamentos:

- 29/03/2012 realizada no Observatório Ambiental Jirau (Nova Mutum Paraná) onde foram apresentadas informações gerais acerca do empreendimento, dados do Suprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira, bem como abordagem e apresentação do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira e formalização do GT propriamente dita, com indicações dos respectivos representantes pelas instituições. Neste contexto, foram levantadas dúvidas gerais e esclarecidas em reunião, tendo sido estabelecido ao final que o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) irá apresentar diretrizes e proposições para melhoria da condição da pesca e a SEDAM irá apresentar o encaminhamento da consulta jurídica referente ao manejo do Pirarucu na AID e AII da UHE Jirau; e
- 30/05/2012 realizada no Hotel Aquarius (Porto Velho/RO) onde foram abordados assuntos relativos à consulta jurídica pela SEDAM ao manejo do pirarucu (ressaltada a necessidade de ocorrer a formação do reservatório e a realização do estudo populacional do pirarucu para tratarem do assunto devidamente). Ainda, foi abordado o documento “Subsídios Técnicos para Análise da Solicitação dos Pescadores da Área de Montante da Cachoeira Teotônio de Liberação da Pesca do Pirarucu” e discussão técnica com representantes das colônias. Por fim, em linhas gerais, os encaminhamentos desta segunda reunião foram: as colônias de Nova Mamoré (Z13), Fortaleza do Abunã (Z1) e Arara (Z13) enviarão documento à SEDAM informando que será realizada a contagem de pirarucu em suas comunidades (visando o manejo comercial), onde no possível, a ESBR e UNIR prestarão apoio/treinamento aos pescadores nesta contagem; SEDAM após análise do resultado proveniente desta contagem se posicionará acerca da autorização do manejo; FEPEARO encaminhará documento com recomendações para a manutenção da atividade pesqueira ao MPA, dentre outros.

Vale ressaltar que para as reuniões deste GT, são convidados representantes das seguintes instituições/órgãos, os quais possuem papel fundamental na implantação deste Subprograma, de acordo com as suas atividades/responsabilidades, a saber:

- Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA
- Ministério Público Federal - MPF
- Ministério Público Estadual de Rondônia - MPE

- Batalhão de Policiamento Ambiental - BPA
- Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-1 – Tenente Santana
- Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-2 – Guajará Mirim
- Colônia de Pescadores Z-13 – Nova Mamoré
- Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER
- Federação de Pescadores e Aquicultores de Rondônia - FEPEARO
- Instituto Brasileiro Regional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
- Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária - SEAGRI
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA
- Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento - SEMAGRIC
- Associação dos Pescadores Amadores de Rondônia - SOPESCAR
- Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Frente 3 – Implementação de Mecanismos de Gestão dos Recursos Pesqueiros

Esta frente prevê a elaboração de alternativas de gestão participativa da atividade pesqueira, novamente a partir da consolidação dos dados do Programa de Monitoramento e Apoio à Atividade Pesqueira, que propiciará informações da pesca comercial e de subsistência.

- **Consolidação de informações sobre as potencialidades locais**

A partir dos dados do monitoramento, das etapas anteriores, serão realizadas visitas as localidades alvo do Subprograma em que serão aplicadas ferramentas de diagnóstico participativo, e serão consolidadas e validadas informações sobre as potencialidades locais e conhecimento tradicional em cada uma das localidades alvo através de um relatório que será validado junto às comunidades.

- **Elaboração de alternativas de gestão de pesca a partir dos dados de monitoramento pesqueiro e do conhecimento tradicional**

A partir da consolidação de informações sobre o monitoramento pesqueiro, as potencialidades locais e o conhecimento tradicional, serão elaboradas propostas de alternativas de gestão e acordos de pesca que serão novamente submetidos à validação em cada uma das localidades alvo, possibilitando a elaboração de planos de ação para cada uma das localidades.

- **Participação no GT da pesca ou conselhos de representantes**

Os membros da equipe técnica terão uma participação proativa no Grupo de Trabalho – GT regional de pesca ou conselho de representantes, (GT da Pesca criado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura), Órgãos Estaduais, Universidades, etc., a fim de se assegurar uma continuidade do desenvolvimento de atividades de desenvolvimento local após o término das atividades previstas no subprograma.

- **Elaboração e estabelecimento de plano de manejo (pirarucu) em localidades com potencial identificado**

Em 01 (uma) comunidade selecionada com potencial identificado e com interesse dos pescadores será incentivado, em conjunto partes interessadas e com uma articulação institucional - através do GT de Atividade Pesqueira - os pilares para um plano de manejo do pirarucu (*Arapaima gigas*) para a pesca artesanal. Este projeto deve ser sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Através de visitas e técnicas participativas (além da visita de intercâmbio especificada no próximo item) serão levantadas potencialidades, realizadas capacitações e se buscará constituir um grupo de manejo bem como um plano de manejo a ser submetido ao órgão ambiental competente.

- **Visita de intercâmbio a um projeto referencial de manejo de pesca**

Como apoio à atividade anterior, será realizada uma visita de intercâmbio a uma comunidade piloto (a ser definida) com potencialidades similares às do público alvo do Subprograma, onde foram desenvolvidos planos de manejo e acordos de pesca bem sucedidos.

Frente 4 – Ações de Melhoria da Qualidade de Vida dos Pescadores

Para esta frente serão desenvolvidas e apoiadas ações de melhoria de qualidade de vida dos pescadores e suas famílias com base em capacitações relacionadas a planos de negócios e de comercialização. Buscar-se-á identificar ajustes no processo produtivo, pesquisar e identificar produtos pesqueiros e o acesso ao mercado regional.

- **Identificação e sistematização de ajustes ao processo produtivo**

Com base nos dados do monitoramento e das etapas anteriores será desenvolvido um plano de ajuste do processo produtivo para as comunidades contempladas neste Subprograma. Este plano deverá ser apresentado e validado junto às comunidades.

- **Pesquisa e identificação de produtos pesqueiros que poderão ser absorvidos com lucratividade pelo mercado regional**

Será realizada uma pesquisa e identificação de produtos pesqueiros que possuem potencialidade para serem absorvidos com lucratividade pelo mercado regional. Para tanto será feita uma análise da cadeia produtiva, temporalidade de maturação da alagação, sazonal e espacial.

- Aumento do acesso às oportunidades do mercado regional e vendas ao poder público através de integração em rede

Serão desenvolvidas e potencializadas redes de comercialização que buscarão a integração dos produtos pesqueiros com os centros consumidores locais; a busca de novos mercados e a tentativa de venda ao poder público e a merenda escolar através de programas como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

- Proposição de melhorias para o aproveitamento e comercialização dos produtos com valor agregado

Nesta atividade serão desenvolvidos planos de negócios a fim de identificar a possibilidade de aumentar os valores agregados dos produtos pesqueiros, através de medidas como o beneficiamento e a certificação.

Por fim, cabe considerar que o IBAMA se insere no contexto da execução deste Subprograma como um agente essencial na consolidação de efetivas medidas de melhoria da qualidade de vida dos pescadores na região, para além do âmbito do licenciamento ambiental, mas como um mediador de possíveis conflitos e amalgamador de planos de manejo e acordos de pesca que se espera que surjam como resultados deste Subprograma.

2.1. Cronograma

A seguir, apresenta-se o respectivo cronograma, onde são abordadas as principais Frentes propostas (1 a 4) relacionadas ao longo deste documento. Ressalta-se que se trata de um cronograma de planejamento inicial do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira, onde poderá haver ajustes à luz da elaboração e execução da Frente 1 - Atividade 3. Novamente é importante destacar que houve uma antecipação das ações previstas neste Subprograma, conforme cronograma original apresentado no mesmo e aprovado pelo IBAMA por meio do PT nº 27/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

Etapa / Atividade	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET			
	1*	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36			
Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira																																							
Frente 1 - Consolidação das informações sócio-organizativas dos pescadores das localidades alvo e elaboração de plano de trabalho																																							
Atividade 1 – Consolidação das informações sócio-organizativas dos pescadores das localidades alvo																																							
Atividade 2 – Consolidação da metodologia proposta e elaboração de Plano Executivo																																							
Atividade 3 – Validação do Plano Executivo de Implantação do Programa de Apoio a Atividade Pesqueira																																							
Atividade 4 – Elaboração do Plano de Comunicação de apoio à implantação das ações																																							
Atividade 5 - Elaboração/criação e confecção de material didático e informativo/comunicação																																							
Frente 2 – Promoção de Mecanismos de Organização Comunitária																																							
Atividade 1 – Capacitação de diretores e pescadores de 03 (três) colônias de pescadores em técnicas de organização																																							
Atividade 2 – Capacitação de diretores das colônias e lideranças comunitárias para manejo participativo da pesca e organização comunitária																																							
Atividade 3 – Reuniões informativas e participativas no âmbito de um GT dos pescadores das localidades alvo sobre o desenvolvimento do Programa de Monitoramento e Apoio à Atividade Pesqueira																																							
Frente 3 - Implementação de Mecanismos de Gestão dos Recursos Pesqueiros																																							
Atividade 1 – Consolidação de informações sobre as potencialidades locais																																							
Atividade 2 – Elaboração de alternativas de gestão de pesca a partir dos dados de monitoramento pesqueiro e do conhecimento tradicional																																							
Atividade 3 – Participação do GT da pesca ou conselhos de representantes																																							
Atividade 4 – Elaboração e estabelecimento de plano de manejo (pirarucu) em localidades com potencial identificado																																							
Atividade 5 - Visita de intercâmbio à um projeto referencial de manejo de pesca																																							
Frente 4 - Ações de Melhoria da Qualidade de Vida dos Pescadores																																							
Atividade 1 – Identificação e sistematização de ajustes ao processo produtivo																																							
Atividade 2 – Pesquisa e Identificação de produtos pesqueiros que poderão ser absorvidos com lucratividade pelo mercado regional																																							
Atividade 3 – Aumento do acesso às oportunidades do mercado regional e vendas ao poder público através de integração em rede																																							
Atividade 4 – Proposição de melhorias para o aproveitamento e comercialização dos produtos com valor agregado																																							

* Out12 (data de emissão da LO)

Sem mais,

Atenciosamente

A handwritten signature in blue ink that reads "Rodrigo Kato". The signature is written in a cursive style and is placed on a light-colored rectangular background.

Rodrigo S. Kato | Gerente de Implantação de Programas Ambientais |

ARCADIS logos S.A. | Divisão Operacional Meio Ambiente

ARCADIS logos S.A.

Sede:

Rua Líbero Babaró, 337 – 6º andar – cj. 605
Centro, São Paulo-SP CEP 01009-906

Fone/fax: +55 (11) 3060-8457
E-mail: contato@arcadislogos.com.br

Website: www.arcadislogos.com.br
www.arcadis-global.com

- Anexo II – Relato de visita exploratória de campo

SUBPROGRAMA DE APOIO À ATIVIDADE PESQUEIRA – UHE JIRAU

Dezembro 2012

UHE Jirau

Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira do PBA do UHE Jirau

Relato da Visita Exploratória de Campo

Objetivos da visita

1. Reconhecimento inicial das comunidades alvo do programa
2. Reconhecimento de logística e acesso às comunidades
3. Reconhecimento rápido do perfil socioeconômico das comunidades.

Observações e Relato

Guajará-Mirim

Centro urbano, conta com Porto de Desembarque Pesqueiro e estrutura de apoio para a comercialização de pescado (fábrica de gelo de particular, furgão financiado por projeto oficial e mercado). A localidade está na divisa do Brasil com a Bolívia e recebe pescado dos dois países. A Colônia (Z2) se encontra em frente ao ponto de desembarque.

A região do porto apresenta movimento considerável, principalmente pela possibilidade de compras na Bolívia de produtos importados, a preço livre de taxas, até o limite de U\$ 300,00. O turismo e a existência de um quartel de fronteira e atividades de apoio decorrentes, além de estrutura urbana razoavelmente organizada, indica para um mercado aquecido para alimentos e serviços ligados ao turismo.



Foto 01 – Barcos de Pesca – Guajará Mirim



Foto 02 – Colônia Z2 e estrutura de apoio

Iata

Distrito pertencente a Guajará-Mirim, acesso de cerca de 7 Km a esquerda da BR 425, a cerca de 100 Km do entroncamento da BR 364 com BR 425. Informante Sr. Messias, proprietário do restaurante a beira do rio. Antigo polo agrícola, conta com uma antiga Estação da Ferrovia Madeira Mamoré, construída em 1914. Já foi produtor de gêneros para abastecer Guajará-Mirim e Porto Velho até à década de 1970. Com a desativação da ferrovia (1971) agricultura entrou em declínio. Pescadores informaram interesse em prática de aquicultura.

Conta com grande estrutura da UNIR que deveria funcionar como hotel-escola que nunca chegou a ser inaugurado. Apresenta grande potencial turístico.

Segundo Sr. Messias, moram ali apenas 2 pescadores profissionais: “Cuca” e “Maia”. A produção do pescado diminuiu, “a usina não deixa o pescado subir o rio”. Na Colônia são registrados 27 pescadores.



Foto 03 – Ferrovia Madeira-Mamoré - lata



Foto 04 – Rio Mamoré - lata

Nova Mamoré

A Vila Murtinho concentra grande parte dos pescadores do município, que tem cerca de 21.120 habitantes (IBGE, 2007) e está localizada nas margens do rio Mamoré na confluência com o rio Beni (Bolívia).



Foto 04 – Vila Murtinho – Nova Mamoré



Foto 05 – Vila Murtinho – Nova Mamoré

Ribeirão

Pequena vila, distrito de Nova Mamoré, situada na margem do Rio Mamoré, a beira da BR 425, a cerca de 50 km do entroncamento da BR 364 com BR 425. A proprietária (Elisângela) da lanchonete “Bar do Loro (Alemão), a beira da estrada, forneceu as seguintes informações:

- Foi informada a existência de pescadores artesanais (pelo menos 7 famílias) que pescam principalmente nos igapós e igarapés.

- Essas famílias plantam mandioca e demais culturas alimentares, com comercializações esporádicas.
- Há um mercado promissor para o comércio de polpa de frutas (maracujá, acerola, cupuaçu), in natura e congelado. Preço atualmente praticado de R\$ 6,00/Kg. Existe um Programa oficial conduzido pela EMATER, de apoio à atividade.
- A tecnologia de produção de frutas praticada pelo proprietário do estabelecimento é intensiva em insumos industriais, não sendo prática normal na região.
- O processamento da fruta é simples e barato, demandando apenas uma despoldadora, uma seladora e um freezer.
- A última temporada de pesca apresentou uma produção muito abaixo da média, resultando em um volume de pescado de apenas 5 % do total pescado no ano passado.
- O “carro chefe” nas comercializações do pescado é a jatuarana, ao preço de 10,00/Kg.

Arara

Pequena vila, distrito de Nova Mamoré entre o Rio Mamoré e a BR 425, a cerca de 35 Km do entroncamento da BR 364 com BR 425. Contato com Morador local na lanchonete a beira da estrada (apelido Ceará), indica para as seguintes características da comunidade:

- Pequeno agrupamento de casas de moradores com atividades diversas, alguns deles desenvolvendo atividades ligadas a garimpo e agricultura.
- Apenas dois pescadores comercializam o pescado: Antônio Sobrinho e Paraná”.
- Foi informada a existência de alguns pescadores artesanais. Vale notar a iniciativa de comercialização de polpas de frutas congeladas produzidas na região.

Abunã

A vila/ Distrito fica às margens da BR 364, com cerca de 8 mil habitantes e diversas casas comerciais: mercearias, pousadas, hotéis, posto de combustível. Não tem (teria?) atrativos especiais quanto a turismo e outros, embora contenha máquinas/ equipamentos, uma estação da antiga ferrovia Madeira-Mamoré e um grande Galpão – readequado/novo - destinado a funcionar como museu da ferrovia, mas que ainda não funciona.

Os relatos em entrevistas com duas senhoras – uma comerciante de mercearia e outra cuja atividade principal é a pesca comercial – e de um Sr. do ramo de hotelaria, referem-se principalmente à diminuição da pesca, aos efeitos negativos dos empreendimentos das UHEs (“todas as espécies sumiram, menos o pirarucu”). Essas pessoas foram enfáticas quanto à necessidade de indenizações aos pescadores.

No entanto, afirmaram que a atividade econômica aumentou, melhorou, devido aos empreendimentos/ UHEs.

Os relatos informam que é uma localidade com bastante incidência de atos violentos, crimes diversos, conflitos em geral. Em fev/ 2012 houve manifestação e fechamento da rodovia por conta de se ter melhoria da segurança pública na região.

Haveria 180 pescadores registrados/com carteira na Z1, mas apenas 22 “saem para pescar”.



Foto 06 – Locomotiva em Abunã



Foto 07 – Visita do interior do Galpão-Museu em Abunã

Fortaleza do Abunã

A vila é formada por cerca de 90 habitações e 460 habitantes. Situada à margem do rio Abunã, é relativamente bem estruturada – calçamento asfáltico das vias, água encanada, energia elétrica, bem arborizada. Fica a 18 km da BR 364, em via sem calçamento.

As atividades turísticas são as mais importantes, em termos econômicos: frequência às praias, passeios de barco, pesca. Há pousadas, restaurantes e outras poucas casas comerciais (inclusive de equipamentos para pesca). No mês que abre a temporada de 'verão' (setembro), recebem 3 a 4 mil pessoas nos fins de semana e nos feriados prolongados. No 'inverno' o turismo diminui bastante.

Há um parque de posse e gestão privada, o Parque das Pedras, aparentemente bem organizado, com acesso fácil e barato (R\$ 2,00 por pessoa), mas por falta de divulgação é pouco visitado.

Na localidade há apenas um agricultor, com pequena produção de mandioca, hortaliças, frutas. O abastecimento de produtos em geral, é feito em Vista Alegre (do Abunã?) - núcleo maior e mais próximo (a 40 km), com 8 mil habitantes, e em Porto Velho.

A Associação de Moradores de Fortaleza - AMFA, cujo Presidente é o Sr. Paulo, proprietário de uma pousada - conta com 262 associados e segundo ele, “todos têm contato com advogado”.

Quanto à pesca, haveria uns 30 (trinta) pescadores, mas somente 20 (vinte) atuam efetivamente, para comercialização e consumo próprio.

Os problemas mais relevantes referem-se ao relativo isolamento quanto a comunicações (“nós aqui estamos isolados”): i) telefone e internet ficam desativados frequentemente, por sete, dez dias; ii) também o turismo está fracamente estruturado, sem apoio do governo; e iii) a falta de atividades econômicas no inverno limita a obtenção de renda.



Foto 8 – Parque Florestal das Pedras, F. Abunã

Foto 9 – Restaurante em Fortaleza do Abunã

Considerações Gerais

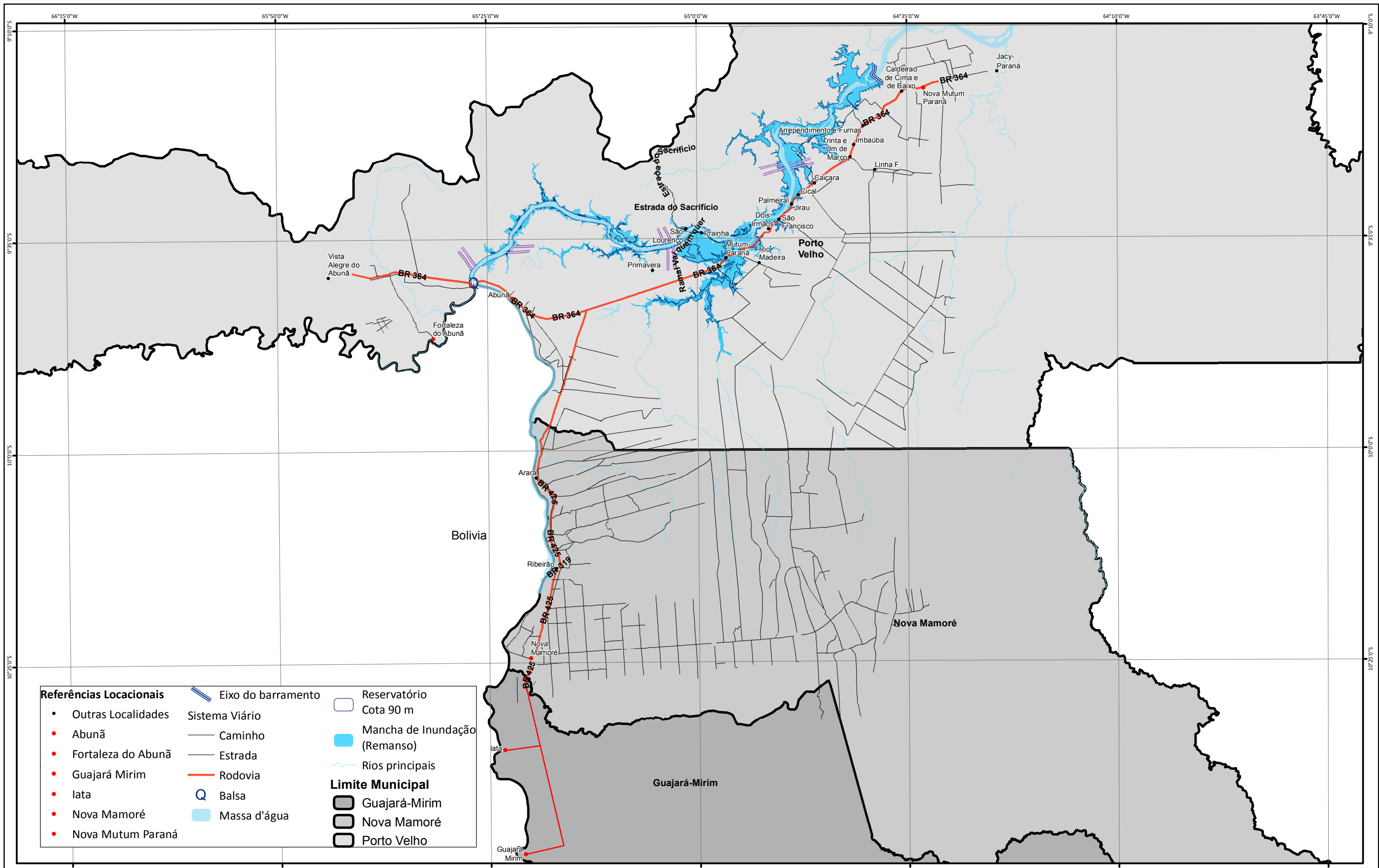
Durante as visitas de campo, alguns pescadores foram abordados de forma aleatória. De forma geral estes reclamaram da queda drástica de produtividade da pesca, principalmente no último ano. Alegam que a principalmente a Jatuarana, espécie de importante valor econômico na região, não subiu o Rio devido aos barramentos das Usinas de Jirau e Santo Antônio.

É claro o declínio econômico da atividade agrícola, que teve papel marcante nos últimos anos como região de abastecimento de alimentos do Porto Velho. A maioria da infraestrutura regional está deteriorada, principalmente a BR 425.

Há um movimento/ expectativa para a Constituição de município tendo por Sede Vista Alegre do Abunã e abrangendo vilas como Fortaleza do Abunã e outras

Quanto às possíveis causas da diminuição do pescado, além do trivialmente citado efeito negativo dos empreendimentos/ UHEs, haveria a concorrência da aplicação do herbicida *Tordon* nas pastagens, o qual afetaria significativamente os cursos d'água e os animais que aí vivem.

- Anexo III – Mapa das localidades-alvo



Referências Locacionais		Eixo do barramento	Reservatório
• Outras Localidades	Sistema Viário	Cota 90 m	Mancha de Inundação (Remanso)
• Abunã	Caminho	Rios principais	
• Fortaleza do Abunã	Estrada	Limite Municipal	
• Guajará Mirim	Rodovia	Guajará-Mirim	
• Iata	Balsa	Nova Mamoré	
• Nova Mamoré	Massa d'água	Porto Velho	
• Nova Mutum Paraná			

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS

Fontes:
IBGE, 2011
ZSEE, 2007
ESBR, 2012



SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS, DATUM HORIZONTAL: SAD69

LOCALIZAÇÃO DA FOLHA



LOCALIDADES SUBPROGRAMA DE APOIO À ATIVIDADE PESQUEIRA - UHE JIRAU

EXECUTADO POR: ARCADIS Logos	ESCALA: 1:745.000	FOLHA: 1/1	DATA: NOV/2012
---------------------------------	----------------------	---------------	-------------------

- Anexo IV – Matriz Institucional

DADOS DA INSERÇÃO							IDENTIFICAÇÃO DA PARTE INTERESSADA (quem é, que tipo é, onde atua e com que atua)			
DATA DE INSERÇÃO			RESPONSÁVEL PELA ATUALIZAÇÃO	DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO			GRUPO	ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	NOME DA INSTITUIÇÃO OU LIDERANÇA	DESCRIÇÃO GERAL
dia	mês	ano		dia2	mês2	ano2				
29	janeiro	2013	Bruno Menucci	29	janeiro	2013	Associação Comunitária	Local	ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES AMADORES - SOPESCAR	
31	janeiro	2013	Camila Capassi	31	janeiro	2013	Órgãos Públicos	Local	BATALHÃO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL - BPA	
31	janeiro	2013	Camila Capassi	31	janeiro	2013	Sindicato/Colônia de Pesca	Local	COLÔNIA DE PESCADORES Z2 - GUAJARÁ-MIRIM	
31	janeiro	2013	Camila Capassi	31	janeiro	2013	Sindicato/Colônia de Pesca	Local	COLÔNIA DE PESCADORES E AQUICULTORES Z1 - TENENTE SANTANA	
31	janeiro	2013	Camila Capassi	31	janeiro	2013	Sindicato/Colônia de Pesca	Local	COLÔNIA DE PESCADORES Z3 - NOVA MAMORÉ	
31	janeiro	2013	Camila Capassi	31	janeiro	2013	Órgãos Públicos	Local	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER	
31	janeiro	2013	Camila Capassi	31	janeiro	2013	Sindicato/Colônia de Pesca	Local	FEDERAÇÃO DE PESCADORES E AQUICULTORES DE RONDÔNIA - FEPEARO	
31	janeiro	2013	Camila Capassi	31	janeiro	2013	Órgãos Públicos	Local	INSTITUTO CHICO MENDES DE BIODIVERSIDADE - ICMBIO	
31	janeiro	2013	Camila Capassi	31	janeiro	2013	Órgãos Públicos	Local	INSTITUTO BRASILEIRO DOS RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE - IBAMA	
31	janeiro	2013	Camila Capassi	31	janeiro	2013	Órgãos Públicos	Local	MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - MPA	
31	janeiro	2013	Camila Capassi	31	janeiro	2013	Órgãos Públicos	Local	MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	
31	janeiro	2013	Camila Capassi	31	janeiro	2013	Órgãos Públicos	Local	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	
31	janeiro	2013	Camila Capassi	31	janeiro	2013	Órgãos Públicos	Local	SEDAM	
31	janeiro	2013	Camila Capassi	31	janeiro	2013	Órgãos Públicos	Local	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SEAGRI	
31	janeiro	2013	Camila Capassi	31	janeiro	2013	Órgãos Públicos	Local	SEMA	
31	janeiro	2013	Camila Capassi	31	janeiro	2013	Órgãos Públicos	Local	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC	
31	janeiro	2013	Camila Capassi	31	janeiro	2013	Outros	Local	SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE	
31	janeiro	2013	Camila Capassi	31	janeiro	2013	Instituição de Ensino	Local	UNIVERSIDADE DE RONDÔNIA - UNIR	

NOME DA INSTITUIÇÃO OU LIDERANÇA	LOCALIZAÇÃO										
	PAÍS	ESTADO	MUNICÍPIO	NOME DA LOCALIDADE	ENDEREÇO	CEP	Coordenadas UTM (Datum SAD69)			COORDENADAS	
							Colunas 18	Colunas 19	Colunas 20	X	Y
ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES AMADORES - SOPESCAR	Brasil	RO	Porto Velho	Porto Velho	R. Tenreiro Aranha, 2415 - Centro - Porto Velho/RO						
BATALHÃO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL - BPA	Brasil	RO	Porto Velho	Porto Velho	BR 364 - km 22 - Santa Izabel - Candeias do Jamari / RO						
COLÔNIA DE PESCADORES Z2 - GUAJARÁ-MIRIM	Brasil	RO	Porto Velho	Porto Velho	Av. Beira Rio, 502 - Centro - Guajará-Mirim / RO						
COLÔNIA DE PESCADORES E AQUICULTORES Z1 - TENENTE SANTANA	Brasil	RO	Porto Velho	Porto Velho	Av. Prudente de Moraes, 2174 - Mocambo						
COLÔNIA DE PESCADORES Z3 - NOVA MAMORÉ	Brasil	RO	Porto Velho	Porto Velho	Av. Raimundo Fernandes, 3491 - São José						
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER	Brasil	RO	Porto Velho	Porto Velho	Av. Farquar, 3055 - Pedrinhas - Porto Velho / RO						
FEDERAÇÃO DE PESCADORES E AQUICULTORES DE RONDÔNIA - FEPEARO	Brasil	RO	Porto Velho	Porto Velho	R. Tenreiro Aranha, 2114, sl 21 - Centro - Porto Velho/RO						
INSTITUTO CHICO MENDES DE BIODIVERSIDADE - ICMBIO	Brasil	RO	Porto Velho	Porto Velho	Av. Lauro Sodré, 6500 - Aeroporto - Porto Velho / RO						
INSTITUTO BRASILEIRO DOS RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE - IBAMA	Brasil	RO	Porto Velho	Porto Velho	Av. Lauro Sodré, 2561 - Tanques - Porto Velho / RO						
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - MPA	Brasil	RO	Porto Velho	Porto Velho	Rod. BR 364, km 16 - Porto Velho / RO						
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	Brasil	RO	Porto Velho	Porto Velho	R. Jamary, 1555 - 2º andar - Olaria - Porto Velho / RO						
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	Brasil	RO	Porto Velho	Porto Velho	R. Abunã						
SEDAM	Brasil	RO	Porto Velho	Porto Velho	Est. de Santo Antonio, 5323 - Triângulo - Porto Velho / RO						
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SEAGRI	Brasil	RO	Porto Velho	Porto Velho	Av. Lauro Sodré, 1260 - Olaria - Porto Velho/RO						
SEMA	Brasil	RO	Porto Velho	Porto Velho	R. Aparício Carvalho de Moraes, s/n - Setor Industrial - Porto Velho / RO						
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC	Brasil	RO	Porto Velho	Porto Velho	Av. dos Imigrantes, 5315 - Rio Madeira						
SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE	Brasil	RO	Porto Velho	Porto Velho	R. Campos Sales, 3421 - Olaria - Porto Velho / RO						
UNIVERSIDADE DE RONDÔNIA - UNIR	Brasil	RO	Porto Velho	Porto Velho	R. Rogério Weber, Centro - Porto Velho / RO						

	CONTATO DA PARTE INTERESSADA	DADOS DO INTERLOCUTOR DA PARTE INTERESSADA				
NOME DA INSTITUIÇÃO OU LIDERANÇA	TELEFONES	CARGO	NOME	TELEFONE DIRETO	EMAIL	OBSERVAÇÕES SOBRE O INTERLOCUTOR (Indicar, por exemplo, se mudou o interlocutor após término da gestão. Colocar o nome+ano gestão do antigo interlocutor)
ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES AMADORES - SOPESCAR	69 - 32295443 / 92452240 / 99822134	Presidente	Luiz Valter César			Eliezer Costa Souza - Vice-Presidente
BATALHÃO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL - BPA	69 - 32201088 / 32201777		Tem. Cel. Wilson de Salles Machado			
COLÔNIA DE PESCADORES Z2 - GUAJARÁ-MIRIM	69 - 35415998		Gerônima Melo da Costa			
COLÔNIA DE PESCADORES E AQUICULTORES Z1 - TENENTE SANTANA	69 - 32215471 / 92012345	Presidente	Marina Gomes Veloso			
COLÔNIA DE PESCADORES Z3 - NOVA MAMORÉ	69 - 99699863 / 99022166	Presidente	Raimundo Alves Viana			
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER	69 - 32170706 / 32170745 / 32170710	Presidente	Elisafan Batista Sales			
FEDERAÇÃO DE PESCADORES E AQUICULTORES DE RONDÔNIA - FEPEARO	69 - 32296604 / 84334815 / 92310208 / 92000115	Presidente	Hélio Braga de Freitas			
INSTITUTO CHICO MENDES DE BIODIVERSIDADE - ICMBIO	69 - 321766540	Coordenadora Regional	Ana Rafaela D'Amico			Roberto Ricardo Vizentin - Presidente / DF
INSTITUTO BRASILEIRO DOS RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE - IBAMA	69 - 32172771 / 32172722	Superintendente	Alberto Chaves Paraguassu			Emerson Luiz Nunes Aguiar / Coord. Núcleo de Licenciamento / Volney Zanardi Júnior - Presidente / DF
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - MPA	69 - 99723220	Superintendente Regional	Jenner Tavares de Menezes		jenner.menezes@mpa.gov.br / ricardolcruz@gmail.com	Ricardo Lopes da Cruz / Assessor Técnico
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	69 - 32163807	Procurador Geral de Justiça	Heverton Alves de Aguiar		caoma@mp.ro.gov.br	Flávio André Mota de Araújo
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	69 - 32160500	Procurador-Chefe	Ercias Rodrigues de Souza			Nadia Simas de Souza
SEDAM	69 - 32161078 / 32161084	Secretária	Nanci Maria Rodrigues da Silva			
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SEAGRI	69 - 32182931 / 32182924	Secretário	Anselmo de Jesus Abreu			
SEMA	69 - 39011331	Secretária	Cleidimara Alves			
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC	69 - 39013371 / 39013967	Secretário	José Wildes de Brito			
SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE	69 - 32173800	Superintendente	Pedro Teixeira Chaves			
UNIVERSIDADE DE RONDÔNIA - UNIR	69 - 84344771	Reitora	Maria Berenice Alho da Costa		cristina@unir.br	Maria Cristina de França - Vice-Reitora

- Anexo V – Roteiro de entrevistas

USINA HIDRELÉTRICA JIRAU – UHE JIRAU

**RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES
SUBPROGRAMA DE APOIO À ATIVIDADE
PESQUEIRA**

ANEXO III

Janeiro de 2013

ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS ATORES ESTRATÉGICOS AO SUBPROGRAMA DE APOIO À ATIVIDADE PESQUEIRA

Data:

Nome entrevistadores:

Localidade:

Sobre o entrevistado

Nome:

Instituição/Função:

Formação, função/atribuições, tempo que está na instituição

Sobre a atividade da instituição

- 1) Apresentação dos aspectos mais relevantes do Subprograma de Apoio à atividade pesqueira
 1.
 - Resumo das ações, área de abrangência, duração, principais produtos previstos
 - 2.
- 2) Informações sobre atividade fim do entrevistado: o que a instituição realiza? Existem projetos em desenvolvimento/previstos que se relacionam com objeto do subprograma?
 - Atua na área onde estão localizadas as comunidades?
 - Veem possibilidade de parcerias ou complementaridades?
 - Relacionam-se ou já se relacionaram com a ESBR? Como avaliam a interação ocorrida ou a perspectiva de que isto possa ocorrer?

Visão geral do entrevistado sobre a pesca/pescadores na região

3. o que o Sr./ Sra. acha da pesca, o que era a pesca antes e depois das Usinas Hidrelétricas.
4. Questões gerais sobre a vida dos pescadores: modo de vida, planos, projetos
5. Como são os pescadores, como é o povo da pesca. Por quê
6. Que planos, projetos, o que esperam (os pescadores) após o advento das Usinas
7. Quais são as perspectivas/ plano de vida das famílias dos pescadores (adultos, mulheres, jovens), em geral

Quais os principais problemas que afetam os pescadores

1. Gerais / Relativos à Pesca, atualmente
2. Quais eram os principais/ os maiores problemas dos pescadores **antes** das usinas
3. Que sugestões o Sr/Sra. tem para melhorar as condições da pesca/ dos pescadores

Sobre atividades produtivas relacionadas aos pescadores

1. Questões Econômicas/ Gestão
2. Que outros projetos/ ações voltados à pesca/pescadores houve na região
3. tiveram sucesso – por quê?

4. Insucesso – por quê?

Sobre o volume de produção pesqueira

1. O número de pescadores aumentou, diminuiu, estável. Por quê?
2. Quantos podem/ querem continuar a ser pescadores
3. Que outras atividades desempenham
4. Quais atividades podem ser promissoras, junto com a pesca
5. Que organizações de pescadores existem além das Colônias de Pesca
6. Como atuam/ funcionam...(a Colônia de Pesca e as demais)
7. Como deveria ser organizada a pesca na região
8. Quantos estão/ estariam dispostos a intensificar/ aumentar a pesca
9. Depende do quê, aumentar/ intensificar
10. Que sugestões

Sobre problemas técnicos relativos à pesca

8.
 1. Quais são as principais questões/ problemas **técnicos** relativos à pesca

2. Quanto às embarcações
3. Apetrechos
4. Aquisição de suprimento de materiais, gelo, combustível
5. Conservação do pescado
6. Que sugestões

Sobre escoamento da produção pesqueira (Comercialização / Mercado)

1. Como funciona a comercialização do pescado (em termos gerais)
2. Quais os principais problemas
3. Quanto à industrialização/ transformação do pescado, que produtos podem ser elaborados (ex: hambúrguer, *chips*, filés...)
4. Quais sugestões

Questões Gerais

1. O que não foi indagado, que o sr./sra. gostaria de comentar
2. O que gostaria de perguntar

3. Que sugestões/ opiniões tem que ainda não expressou



- Anexo VI – Relato de entrevistas

USINA HIDRELÉTRICA JIRAU

**RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES
SUBPROGRAMA DE APOIO À ATIVIDADE PESQUEIRA**

ANEXO I

Fevereiro de 2013

**UHE JIRAU - SUBPROGRAMA DE APOIO À ATIVIDADE PESQUEIRA
RELATÓRIO DE CONTATOS INSTITUCIONAIS E ENTREVISTAS DE CAMPO – 04 A 07
FEVEREIRO DE 2013**

1. INTRODUÇÃO

Este Relatório trata das informações resultantes dos contatos institucionais e visita exploratória de campo realizados durante o período de 04 a 07 de fevereiro de 2013, no âmbito do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira da UHE Jirau .

2. METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia previu a realização de entrevistas segundo o método “Sondeo”, proposto por Peter Hildebrandt, da Universidade de Michigan (1994). É uma entrevista semiestruturada, com roteiro definido e com possibilidade de inclusão de temas, propostas e a sugestão de novos atores a serem entrevistados.

Também foram usados dados de publicações indicadas por alguns entrevistados (MPA, SEBRAE, SEDAM) – sugiro descrever nome os órgãos, como importantes para a melhor compreensão dos temas abordados.

As entrevistas foram direcionadas para dois tipos de públicos:

i) As instituições de Estado envolvidas com o desenvolvimento da pesca, da piscicultura, dos produtores de pescado e dos pescadores – Ministério da Pesca, Secretarias de Estado e suas empresas/autarquias vinculadas;

ii) As instituições representantes dos pescadores – presidente da Federação dos pescadores, presidentes dos Sindicatos dos pescadores, e alguns dos participantes dessas instituições, com ênfase aos pescadores.

Nesta fase do trabalho não foram entrevistados representantes das instituições do governo municipal, devido ao momento de transição em relação à posse de novos secretários e assessores.

A lista das instituições e respectivos entrevistados é apresentada no Item 5 deste Relato.

3. RESULTADOS

Para facilidade de análise, os resultados foram estruturados conforme abaixo:

3.1. Temas Comuns – Instituições e Pescadores

Neste tópico são discutidos temas comuns abordados por ambos os tipos de entrevistados: Instituições de Estado, SEBRAE e representantes dos pescadores. Embora na maioria dos casos as opiniões a respeito dos temas sejam divergentes, há pontos em comum e soluções convergentes para os problemas abordados.

Há concordância geral de que o pescado – a captura por unidade de esforço – tem diminuído nos últimos anos.

Os motivos mais relevantes ligados à diminuição do pescado teriam sido:

- i) O aumento da demanda das espécies economicamente mais valiosas;
- ii) A sobrepesca das espécies economicamente mais importantes;
- iii) O exercício da atividade por pessoas “deslocadas” de outras atividades (garimpo) e por pescadores eventuais;
- iv) O aumento do número de barcos de grande porte, aos moldes da pesca industrial.

As instituições oficiais e os representantes dos pescadores (principalmente estes) concordam e afirmam ser urgente que os direitos (recursos do auxílio defeso) dos pescadores sejam destinados somente aos que realmente desenvolvem a atividade.

A representação dos pescadores na Região está sendo exercida pela Federação dos Pescadores e respectivas Colônias, e por dois Sindicatos – o Sindicato de Pescadores Profissionais de Rondônia/ SINPESRO e o Sindicato dos Aquicultores e Pescadores do Estado de Rondônia/ SINDIPESCA.

O SINPESRO atua em todo o Estado e tem cerca de 3.000 associados; o SINDIPESCA atua no Baixo Madeira até ao Calama (400 filiados), e no município de Buritis, neste tendo 220 piscicultores como filiados.

A representação sindical é contestada pela Federação dos Pescadores e pelo MPA, visto que legalmente esses não teriam competência para tal.

3.2. Temas Apresentados pelas Instituições Oficiais e SEBRAE

A seguir discutem-se as questões, as formas de atuação e os projetos das Instituições Oficiais e do SEBRAE para a pesca e a piscicultura, conforme relatado pelos técnicos das instituições.

As instituições oficiais do estado de Rondônia – SEAGRI (Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária), SEDAM (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental), SEDES (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Social) – atuam quase que só em apoio à elaboração de projetos e execução de atividades voltadas à aquicultura/piscicultura, principalmente a produção em tanques escavados e em tanques-rede.

O SEBRAE (Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) é a instituição que, entre diversos outros Projetos, apoia a Piscicultura em tanques escavados, principalmente com capacitação na organização do negócio e na comercialização.

O MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura) apoia principalmente as atividades contidas no Plano Safra da Pesca e Aquicultura, conforme a política de Estado para os anos 2012/2013/2014¹. Desse modo, atende também aos pescadores artesanais (MPA, 2012).

Segue a apreciação dos técnicos entrevistados a respeito dos temas de interesse deste trabalho.

A EMATER – A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia é vinculada à SEAGRI. Elabora e executa projetos em conjunto com a SEDAM, que os fiscaliza nos aspectos legais e ambientais.

Afirma-se que o diagnóstico executado pelas duas Usinas não foi suficientemente participativo, que as políticas e projetos foram criados e executados pelas Usinas com baixo nível de participação dos pescadores.

Segundo a EMATER, para uma série de atividades – manejo do ambiente, pesca – os pescadores têm bastante *expertise*. Porém, para executar projetos de piscicultura, a maioria teria muitas dificuldades, por serem muito diferentes. Quer-se dizer que os projetos para tal, devem considerar as características próprias desse público e o seu “tempo” de pensar e agir.

Diversos projetos para produção em tanques-rede com apoio integral de programas governamentais na Região (Lago Cujubim – COOPELAGO, e Guajará Mirim, Costa Marques, Candeias – estes no Rio Guaporé), não tiveram sucesso. Faltou Assistência Técnica e empenho dos produtores.

¹ MPA. Plano Safra da Pesca e Aquicultura. Cartilha do Pescador e Aquicultor, 2012.

Afirma-se que o paternalismo e o assistencialismo não garantem o sucesso dos projetos e que a expectativa dessas práticas ainda prevalece em muitos grupos sociais.

A execução de outras atividades econômicas pelos pescadores é pouco rentável; alguns se empenham na coleta de castanha-do-Brasil, de açaí ou realizam pequenas roças.

SEDAM – Esta secretaria atua principalmente no licenciamento de projetos de piscicultura e em ações de fiscalização ambiental.

O usual é o MPA definir os parques aquícolas e a SEDAM avaliar, emitir as licenças exigidas e fiscalizar o andamento das atividades.

O *site* desta Secretaria disponibiliza algumas leis, que regulamentam as atividades da pesca e da piscicultura.

Há algumas leis polêmicas como a Lei Estadual 1.038, de janeiro de 2008, que regulamenta a pesca profissional e afeta a pesca no Rio Guaporé. Afirmou-se que essa lei está em discussão para possível revisão e ajustes.

A avaliação que a entrevistada faz quanto à piscicultura na região é de ser viável e sustentável. Que o insucesso dos projetos de criação em tanques-rede se deveu mais à falta de assistência técnica.

Estudo específico deve ser realizado visando o conhecimento da legislação que regulamenta a pesca.

SEDES – A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Social tem ações mais ligadas ao planejamento e apoio ao desenvolvimento de projetos. Neste caso, as ações estão dirigidas para a piscicultura.

Há intenção de montar Unidades de Pesquisa/Demonstração em tanques-rede. Têm recursos para tal. Afirmam que não há, na Região, tecnologia para criação em tanques-rede.

Tendo-se verificado que uma grande limitação ao desenvolvimento da piscicultura é o transporte adequado do pescado, estudam a aquisição de dois caminhões frigoríficos, para atuar na região de Porto Velho.

O MPA - Ministério da Pesca e da Aqüicultura atua em Comitês Permanentes de Gestão, dos quais se originam Grupos de Trabalho. Estes são o fórum legítimo das discussões que afetam a atividade pesqueira. O MPA é o coordenador dos Grupos de Trabalho.

Inicia-se em fevereiro de 2013 o recadastramento nas Colônias de pescadores de Rondônia, conforme Instrução Normativa nº 13 - MPA, com o fim de coibir fraudes notadamente quanto à obtenção indevida do auxílio-defeso.

As sugestões do MPA para mitigar a diminuição do pescado e melhorar as condições econômicas dos pescadores referem-se principalmente:

- i) à promoção do repovoamento de rios, lagos e igarapés com alevinos criados em cativeiro;
- ii) à instalação de unidades de beneficiamento do pescado, de propriedade privada; e
- iii) à implantação de projetos integrados “tanques escavados + olericultura”, a exemplo da unidade já implantada em conjunto com a UHE JIRAU.

SEBRAE – O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas atua na Região e na atividade principalmente em apoio a projetos de criação de tambaqui em tanques escavados. Nos últimos três anos iniciaram também projetos de manejo do Pirarucu.

O SEBRAE realizou dois estudos de mercado que visam orientar produtores e agentes públicos na execução de projetos de piscicultura economicamente viáveis.

O primeiro foi o “Estudo Mercadológico da Cadeia Piscícola Rondoniense”. Realizado em 2011, teve como objetivo principal quantificar, caracterizar e mapear os produtores de peixe no Estado, com foco principal no tambaqui.

A definição do público alvo do estudo seguiu a estratificação de acordo com os projetos mantidos pelo SEBRAE: Grupo Ariquemes e adjacências; Grupo Pimenta Bueno e adjacências; Grupo Vilhena e adjacências. O método foi a abordagem *SWOT*, que identifica pontos *fortes*, *oportunidades*, *ameaças* e *fraquezas* à implantação e ao desenvolvimento sustentável de projetos.

No quadro geral, que apresenta os dados de maior relevância para o estudo, do total de 24 itens apenas cinco foram considerados de *força*, um de *oportunidade* e os demais 18 foram tidos como de *fraqueza*.

Esse resultado denota que na atividade piscícola em geral no Estado, há necessidade de mais ações de apoio em diversas áreas, tais como: diagnóstico e caracterização da população, apoio organizacional, estruturação da assistência técnica adequada, estruturação de planos de negócio e estudos de mercado, principalmente.

Porém, quanto às percepções e tendências mais relevantes para a realização de Projetos e Serviços, apontou-se um quadro de eventos bem mais favorável, com seis itens *força*

e *oportunidades* dentre os oito abordados, o que denota um posicionamento empresarial de confiança no futuro da atividade (SEBRAE, 2011).

O segundo estudo foi a “Pesquisa de Mercado para Acesso ao Mercado do Tambaqui Rondoniense às Praças de Manaus-AM, Sorriso/Cuiabá-MT e São Paulo-SP”.

Nesse estudo informa-se que o mercado manauara consome cerca de 32 mil t/ano de tambaqui, de diversas regiões. A perspectiva é de que nos próximos dois anos venham a ser consumidas 38.700 t/ano.

No entanto, a produção de tambaqui em Rondônia (aproximadamente 31.000 t/ano) supriria atualmente o mercado de Manaus.

O mercado de Cuiabá/Sorriso, apresenta-se com um quadro de ‘Vantagens Percebidas’ bastante favoráveis ao produto de Rondônia, como segue:

- Mercado processador altamente desenvolvido e qualificado;
- Empresas com expressivo poder de escoamento às praças nacionais de alta relevância;
- Empresas com planos estratégicos para ampliação de pátios fabris já em desenvolvimento;
- Empreendimento de negociações internacionais já em exercício;
- Empresas com capacidade produtiva e comercial suficiente para garantir atendimento qualificado às grandes redes varejistas nacionais;
- Interesse das empresas em desenvolver parcerias bilaterais de longo prazo;
- Facilidades logísticas para desenvolvimento de parcerias;
- Possibilidade de investimentos na malha produtiva local através de projetos de parcerias qualificadas; e outros (SEBRAE).

Segue-se as informações do Mercado de São Paulo e região, com as seguintes características:

- Baixa incidência de intermediários na cadeia comercial;
- Alto nível de profissionalização da cadeia;
- Alto nível de exigência dos consumidores;
- Mercado consumidor aberto e em expansão;
- Interesse dos frigoríficos no estabelecimento de parcerias qualificadas;
- Interesse dos canais intermediários em parcerias comerciais; e
- Mercado atualmente monopolizado por limitada quantidade de empresas.

Embora Manaus pareça ser um mercado relativamente “fechado”, para os demais mercados considerados no estudo, prevalecem condições bastante favoráveis para o produto de Rondônia.

Os financiamentos de apoio à atividade são repassados pelo BASA/PRONAF em até R\$ 46.000,00/ha de tanques; o produtor participa com até 35% do custo do projeto.

Há mercado e possibilidades de produção sustentável de olerícolas, hortaliças e frutas na região, a exemplo do que ocorre na Região da Barragem de Samuel, onde há produção agrícola irrigada, nas margens, e da localidade de Abunã, onde o SEBRAE apoia 120 produtores de frutas.

3.3. Temas Apresentados pelos Pescadores e seus Representantes

Na sequência apresenta-se os resultados das entrevistas com os pescadores e seus representantes, contendo as suas apreciações, manifestações e sugestões a respeito do estado atual e perspectivas para a atividade.

As informações foram obtidas em reuniões realizadas com a Federação dos Pescadores e respectivas Colônias, estas em Porto Velho, e em reuniões com pescadores nos Distritos de Abunã e Fortaleza do Abunã. Ainda em Porto Velho entrevistou-se os dirigentes de dois Sindicatos – o Sindicato de Pescadores Profissionais de Rondônia/ SINPESRO e o Sindicato dos Aquicultores e Pescadores do Estado de Rondônia/ SINDIPESCA.

As principais manifestações foram no seguinte sentido:

- Os pescadores reivindicam a inclusão como afetados pelas Usinas de Santo Antônio e de Jirau, dos pescadores das Colônias dos municípios de Cabixi, Pimenteiras d’Oeste e de São Francisco do Guaporé;
- Há inquietações e falta de informações quanto à pretensa instalação de novas Usinas no Alto Madeira, no Mamoré e no Rio Machado;
- É preciso que se tenha um diagnóstico bem feito, que possa evidenciar as reais condições socioeconômicas dos pescadores;
- Qualquer projeto de produção agrícola a ser proposto deve considerar que a grande maioria dos pescadores não tem, ou tem pouca terra;
- Particularmente em Guajará Mirim, deve-se considerar que a população de pescadores é formada por brasileiros e bolivianos, e que isso obriga a pensar melhor as ações e projetos de modo também particular;

- Os dados do Relatório de Monitoramento da Prof^a. Carolina/ UNIR são imprecisos e não explicam a realidade da pesca. Afirma-se no Relatório da referida Prof^a que a pesca não teria diminuído, fato com o qual os dirigentes não concordam (afirmação de uma presidente de Colônia – Marina);
- Um dirigente citou que os pescadores criticam severamente os métodos de transposição dos peixes nas barragens das Usinas, principalmente de Santo Antônio;
- Os pescadores em Abunã criticam a direção da sua Colônia pela falta de empenho na luta pelos seus direitos. As reivindicações nessa localidade – embora semelhantes às dos demais lugares –, são postas com bastante ênfase por um grupo particular de pessoas, especificamente no tange às indenizações monetárias.
- Em Fortaleza do Abunã, além das questões já apresentadas, há grande preocupação com o desaparecimento das praias devido ao enchimento do reservatório de Jirau e com isso perderem o importante potencial turístico que a localidade tem.
- Um dos sindicatos teria impetrado uma ação civil pública indenizatória aos seus filiados, de dois salários mínimos mensais a partir de outubro de 2012, até resolver-se os problemas causados à pesca.

3.4. Demais Temas Relevantes

Segue-se a discussão de outros temas relevantes que merecem destaque.

3.4.1. Gestão e Organização

Os representantes das instituições oficiais entrevistados são unânimes ao afirmar que os pescadores têm grandes dificuldades de gestão de empreendimentos conjuntos e mesmo em ações individuais.

Conforme, também, a declaração de uma dirigente representante dos pescadores, “...a gente não pensa em grupo; a nossa característica é o individualismo”.

Em vista dos insucessos recentes, há unanimidade entre os entrevistados das instituições de governo/oficiais a respeito de que atividades de criação de peixes – tanques escavados, tanques-rede – e beneficiamento do pescado, teriam poucas probabilidades de sucesso, para pescadores artesanais.

Contudo, os representantes dos pescadores contestam o fato e que os insucessos foram e são devidos mais a falhas nos projetos e falta de assistência técnica.

Também a formação/capacitação dos pescadores em novas técnicas de produção e de gestão (tanto em pesca quanto em piscicultura), é uma exigência e necessidade para o sucesso dos projetos.

Exemplo positivo seria o projeto de Tanques-Rede instalado em Guajará Mirim (criação de pirarucu). Os pescadores e a presidente da Colônia afirmam que pode vir a dar certo e reivindicam a continuidade do projeto.

O representante do MPA corrobora essa afirmação e que atualmente não haveria problemas técnicos importantes a resolver quanto à produção em tanques-rede. Mesmo as questões da produção de alevinos dessa espécie estariam resolvidas. Isto é, a cadeia produtiva do pirarucu em tanques-rede está suficientemente organizada para se instalar e expandir.

Os representantes dos pescadores consideram que tem havido um excesso de reuniões para tratar das questões da pesca, com pouca efetividade.

As sugestões a respeito do que fazer no curto-médio prazo – no âmbito da pesca –, tendem para que haja apoio efetivo a ações de melhoramento do que já existe, o que não exigiria grandes mudanças, inicialmente: adequação dos barcos e equipamentos, do transporte, da estocagem do pescado.

Ações de apoio à aquisição de equipamentos e barcos, instalação de fábricas de gelo e ao transporte do pescado aos centros de consumo, são imprescindíveis para viabilizar a atividade da pesca de forma sustentável, por longo tempo. Os representantes dos pescadores afirmam que não pleiteiam doações, mas apoio para a elaboração e a execução de projetos economicamente viáveis (plano de negócios, estudos de mercado, assistência técnica e outros).

3.4.2. Comercialização, Beneficiamento, Industrialização

Os representantes das instituições oficiais afirmam que a industrialização ou o beneficiamento (mesmo que) mínimo do pescado pode ser viável para piscicultores; para pescadores seria muito difícil.

Exporta-se cerca de 25.000 t/ano de tambaqui para Manaus. O pescado com destino a Manaus é acondicionado em más condições, o que resulta em produto de baixa qualidade, perdas, diminuição do preço.

Por outro lado, Rondônia importa peixe de couro de Manaus – onde se aprecia mais os peixes de escama.

O terminal pesqueiro Cai n'Água, em Porto Velho – com plataforma de recepção, câmaras frias e diversos equipamentos para o beneficiamento do pescado – está com problemas

e não funciona há cerca de 10 anos: dificuldades para o licenciamento ambiental, dívida elevada de energia elétrica e outros.

3.4.3. Fiscalização

Embora a fiscalização tenha aumentado nos últimos 5 anos, ainda é deficiente. Os pescadores artesanais respeitam e convivem bem com o ambiente da pesca, mas os eventuais (que usualmente têm outras ocupações de renda) praticam uma atividade não sustentável. Afirma-se que em particular no Rio Guaporé a pesca esportiva é altamente predatório e prejudicial à pesca artesanal. Neste rio não é permitida a pesca com redes de malha, mas a prática é comum e pouco reprimida.

Ainda para as comunidades do Rio Guaporé, há forte preocupação com a expansão das Unidades de Conservação e Reservas, o que estaria limitando severamente a pesca artesanal. Em Guajará Mirim 93% das áreas seriam de Reservas.

3.4.4. Políticas Públicas

Há concordância em geral de que as políticas públicas para a pesca e os pescadores são insuficientes para as suas necessidades de desenvolvimento econômico e social.

Além disso, há muito uso político de programas que em pouco tempo são abandonados sem sucesso e, que os agentes financeiros locais desconhecem ou dificultam a obtenção dos financiamentos para a pesca.

Há uma quantidade significativa de pescadores em situação de inadimplência em projetos BASA/PRONAF, desde o ano de 2006.

A política e as ações de fiscalização são inadequadas, ineficientes e frequentemente punem e afrontam os pescadores indevidamente.

3.4.5. Questões Gerais

O manejo pesqueiro – em lagos, igarapés – é compatível com as habilidades e interesses dos pescadores; teria chances de êxito com programação e assistência técnica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entrevistas realizadas permitem as seguintes conclusões:

- As instituições de representação e os pescadores são unânimes em afirmar serem evidentes os impactos negativos advindos da implantação das Usinas à pesca e ao seu modo de vida.
- As políticas públicas estaduais para a pesca são quase que exclusivamente voltadas à piscicultura em tanques-rede e tanques escavados. Quando esses projetos foram executados por pescadores, o insucesso foi quase que total.
- Os insucessos nos projetos devem-se principalmente a questões de gestão, com ênfase ao alto grau de individualismo dos pescadores, e deficiências na assistência técnica.
- Em que pese o conflito de representatividade posto pelas instituições que agregam os pescadores (Sindicatos X Federação), sugere-se que se privilegie a Federação nos futuros contatos e negociações.
- Segundo informações dos pescadores, corroboradas por dados secundários (EIA/RIMA das Usinas), as grandes variações no volume de pesca ocorrem em uma série histórica de pelo menos 20 anos atrás, podendo não ser necessariamente determinadas pela construção das Usinas.
- A alegada diminuição da pesca – e conseqüentemente da renda dos pescadores –, atribuída à construção das Usinas, indica a necessidade de estruturação de Projetos voltados tanto para a pesca e piscicultura quanto para outras atividades: agricultura, extrativismo, turismo.
- A praticamente inexistência de infraestrutura e equipamentos adequados ao beneficiamento do pescado, implica na oferta ao mercado de produtos de baixa qualidade e portanto de baixo valor. Isso praticamente inviabiliza a comercialização em praças mais distantes e exigentes, permitindo apenas comercialização local, no máximo até Manaus, no caso do tambaqui.
- As estruturas de comercialização são mal organizadas, comandadas por diversos níveis de atravessadores, o que também deprime a renda do pescador.
- A legislação ambiental relativa à pesca, assim como a política de fiscalização do Setor são, sob o ponto de vista dos pescadores, fonte de inquietação para a atividade.
- As características próprias e a diversidade dos pescadores, confirmadas pelos próprios nas entrevistas, indicam a necessidade de melhor conhecimento do seu modo de vida, das técnicas ligadas à pesca bem como dos planos táticos/estratégicos adequados a essa realidade.

5. PESSOAS E INSTITUIÇÕES ENTREVISTADAS

- **EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia**, empresa filiada à SEAGRI - Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária. Maria Mirtes e Elande Batista Sales Salim, Assessores Técnicos.
- **SEDES - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Social**. José Paulo Ribeiro Gonçalves, Gerente GEDEP.
- **SEDAM - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental**. Marli Lustosa Nogueira, da Divisão de Recursos Pesqueiros da Coordenadoria de Meio Físico – SEDAM.
- **MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura**. Jenner Tavares Menezes, Superintendente Federal.
- **SINPESRO - Sindicato de Pescadores Profissionais de Rondônia**. Valter Canuto, Presidente do Sindicato e Vereador por Porto Velho.
- **SINDIPESCA - Sindicato dos Aquicultores e Pescadores do Estado de Rondônia**. Leonardo Garcia, Presidente, e Ricardo Garcia, Assessor.
- **SEBRAE - Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. João Nascimento Neto, Consultor de Negócios.
- **Federação das Colônias de Pescadores de Rondônia**. Hélio Braga, Presidente, Dr. Clodoaldo Rodrigues, Assessor Jurídico, e Fábria T. Silva, Secretária.
- **Colônia Z1/Porto Velho**. Marina Gomes, Presidente.
- **Colônia Z2/ Guajará Mirim**. Gerônima M. da Costa, Presidente.
- **Colônia Z3/Pimenteiras d’Oeste**. Rosilene F. Chão, Presidente.
- **Colônia Z4/Costa Marques**. Maria Emília M. Gonçalves , Presidente.
- **Colônia Z5/Machadinho d’Oeste**. Ivanildo S. Oliveira, Presidente, Leila R. Goes, Aux. Tesoureiro, e Bruna Figueiredo. Aux. Escritório.
- **Colônia Z8/Ariquemes**. Aduino S. Brandão, Presidente.

- **Colônia Z9/Ji-Paraná (Rio Machado).** Manoel Batista Dantas, Presidente, Luciana S. Freitas, Associada.
- **Colônia Z10/São Francisco do Guaporé.** Ailton Rodrigues, Presidente, Elizete Tomichá, Assessora e Darlete L. Souza, Aux. Escritório.
- **Colônia Z12/Presidente Médice.** Raimundo Neves, Presidente, Ivani Cabral, Assessora.
- **Colônia Z13/ Nova Mamoré.** Manoel Raimundo, Presidente.
- **Pescadores em Abunã:** Paraíba e Dona Carmo, Nilce Souza Magalhães, Alceu, Loro, Manoel, Edvan e Raimunda, Isaac, Raimundo da Dinha, Maria Ângelo, Rosângela esposa do Tupã, Maria Lucia, Marlúcia, Esmerindo e Francisco.
- **Pescadores em Fortaleza do Abunã:** Ademar Vasconcelos de Jesus, Eliseu Ernesto de Oliveira, Raimundo Nonato Costa Pontes e Nilceu Calos Lopes de Oliveira.

6. PESCADORES CADASTRADOS NAS COLÔNIAS E PESCADORES EFETIVOS

- Número de Associados às Colônias segundo informações do MPA:
Z1/ P. Velho – cerca de 3.000 registrados; entre 1.000 e 1.500 seriam efetivos; a Z1 tem filiados nas localidades de Abunã, Jaci-Paraná e outras.
Z2/ Guajará Mirim – 395 pescadores ativos
- Número de Associados às Colônias segundo os Presidentes das Colônias:
Z4/ Costa Marques – 114 pescadores ativos e mais 49 em fase de registro
Z10/ S. Francisco do Guaporé – 184 pescadores
- Pescadores em Abunã, segundo os entrevistados locais:
Seriam 200 cadastrados no MPA; somente 10 a 15 pescadores efetivos.
- Pescadores em Fortaleza do Abunã segundo os entrevistados locais:
Aproximadamente 45 pescadores cadastrados; ativos aproximadamente 15.

7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

MPA. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012/2013/2014.** Cartilha do Pescador e Aquicultor. Brasília, MPA. 2012.

MPA. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012/2013/2014.** Brasília, MPA. 2012.

SEBRAE – RO. **Estudo mercadológico da cadeia piscícola rondoniense.** Relatório Final. Porto Velho, SEBRAE/ Foccu's Consultoria. 2011

SEBRAE – RO. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de RO. **Pesquisa de mercado para acesso a mercado do Tambaqui rondoniense às praças de Manaus-AM, Sorriso/Cuiabá-MT e São Paulo-SP.** Porto Velho, SEBRAE/ Foccu's Consultoria. 2012

- Anexo VII – ATA de reunião com IBAMA

ATA DE REUNIÃO

ASSUNTO: Subprograma de Apoio a Atividade Pesqueira da UHE Jirau / Programa de Apoio as Atividades Extrativistas/ Alternativas de Destinação da Madeira

LOCAL: IBAMA Sede Brasília

DATA: 05 de fevereiro de 2013

HORÁRIO: 09:00 horas

Participantes:

Luiz Antonio da Silva – ESBR; Cirlene Furini – ESBR; Ludmila Castro – ESBR; Marco Cande – ESBR; Miriam Ribeiro – Arcadis Logos; Márcio da Costa – Naturae; Telma Moura – IBAMA; Sara Mota – IBAMA; Bruno Melo – IBAMA; Rafael Nina - IBAMA

1) Subprograma de Apoio a Atividade Pesqueira - Condicionante 2.17 da Licença de Operação nº 1097/2012 – UHE Jirau – Pareceres Técnicos nº 124/2012 e nº 161/2012

Desenvolvimento: Realizada apresentação das atividades/ações a serem desenvolvidas pelo Subprograma de Apoio a Atividade Pesqueira, pela Empresa Arcadis Logos. Assuntos abordados: Contextualização; Plano de Trabalho e Atividades; Fluxograma, Apresentação das Frentes de Trabalho (entre outras a construção do Diagnóstico Socioeconômico do público alvo); Condicionante 2.17 da Licença de Operação.

Itens discutidos:

- Ações de Médio e Longo Prazo – uma das atividades seria realização do Diagnóstico Socioeconômico;
- Integração com outros Programas - realizada de forma integrada com o Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira, Programa de Conservação da Ictiofauna e Dados Hidrológicos da região de Jirau;
- Identificação de impacto pós-enchimento (atualmente o enchimento - considera a vazão natural do Rio) – final do enchimento – NA Máximo janeiro 2014;
- Desmistificação de ações de compensação sociais e entendimento/esclarecimento da dinâmica da formação do reservatório (fio d'água);
- Construções efetivas para melhoria da qualidade de vida e renda familiar;
- Antecipação das ações do manejo do Pirarucu;
- Necessidade de construção participativa de ações/atividades com o público envolvido.

Na sequência realizada apresentação do Programa de Conservação da Ictiofauna (Avaliação do Estoque Pesqueiro), pela empresa Naturae. Assuntos abordados: Avaliação do estoque pesqueiro; Dados coletados (maio de 2010 e outubro 2012); Embasamento ao Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira; Contribuir na avaliação de possíveis impactos na atividade pesqueira comercial; Considerações.

Itens discutidos:

- Espécies de interesse para comercialização;
- Dados do EIA, não indicavam impactos na pesca durante a fase de implantação do empreendimento, os dados apresentados corrobora com a informação;
- Tempo de discussão com dado de realidade – precisam ser considerados, para construção das ações.

Handwritten signatures and initials in blue ink:
- A large signature on the left, possibly "Luiz Antonio da Silva".
- "Maurício" written below the signature.
- "Cirlene" written on the right.
- "Telma" written below "Cirlene".
- "Sara" written at the bottom right.
- "Bruno" written at the bottom right.

Encaminhamentos:

- Com base nas discussões realizadas e o entendimento da EBSR que para proposições de ações efetivas, há necessidade de aprofundamento das discussões com os envolvidos. Desta forma o IBAMA concorda com a prorrogação de prazo para apresentação do Plano de Trabalho, para atendimento do item "b" da condicionante 2.17 – **mês de agosto de 2013;**
- EBSR encaminhará correspondência ao IBAMA, formalizando a solicitação de prazo para atendimento quanto ao item "b";
- Item "a" da condicionante 2.17 - será considerado como - Não Atendido - até a entrega do Plano de Trabalho em agosto de 2013.
- Neste período serão consideradas para o desenvolvimento do Subprograma de Apoio a Atividade Pesqueira, as ações/atividades apresentadas nesta reunião;

2) Subprograma de Apoio as Atividades Extrativistas.

Desenvolvimento: Apresentado de forma sucinta histórico do processo com grupo de extrativistas, parcerias com outros programas e construção de proposta apresentada aos extrativistas. Relatório também a dificuldade de avanço na continuidade do diálogo, em função de que não foi possível estabelecer novos contatos com os representantes do grupo.

EBSR informa que está dando continuidade às tratativas com secretarias afins, no âmbito da compensação social e com as ações de implementação do projeto piloto para enriquecimento da APP, com o plantio consorciado de açaí e banana, no âmbito do Programa de Educação Ambiental (COOPPROJIRAU).

Encaminhamento:

- Apresentação de cronograma das ações no próximo relatório semestral do Subprograma de Apoio as Atividades Extrativistas.

3) Alternativas de Destinação da Madeira.

Desenvolvimento: Apresentado breve histórico do processo. Informado que foram protocolos relatórios de romaneio na SUPES/RO em dezembro de 2012. Em desenvolvimento tratativas com três empresas para destinação da madeira (carvão, cavaco e lenha).

Encaminhamentos:

- Encaminhar cópia dos protocolos de romaneio ao IBAMA / Brasília;
- Descrever no próximo relatório semestral do Programa de Desmatamento do Reservatório o histórico/status do processo de destinação da madeira;
- A EBSR comunica que as informações atualizadas sobre o desenvolvimento do Programa serão apresentadas em resposta ao ofício do IBAMA nº 02001 001226/2013-76.

Just

Manoel

Rob. Ribeiro

Ubes

Assuntos Gerais:

A ESBR solicitará agenda com IBAMA para apresentação dos estudos de caso dos garimpeiros manuais;

O IBAMA convocará a ESBR para tratar do Programa de Ações a Jusante;

O IBAMA solicita que as resposta para atendimento as Condicionantes sejam encaminhadas de forma consolidadas em uma única correspondência.

Willy

J. R. S.
Marcos B. Ribeiro
Jun

- Anexo VIII – Minuta de Plano Executivo

USINA HIDRELÉTRICA JIRAU

**RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES
SUBPROGRAMA DE APOIO À ATIVIDADE PESQUEIRA**

ANEXO III

Fevereiro de 2013

UHE JIRAU - SUBPROGRAMA DE APOIO À ATIVIDADE PESQUEIRA

Plano Executivo de Implantação das ações do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira				
Período – Dez de 2012 a Agosto de 2013				
Público alvo	Tema âncora	Ações (eventos)	Produto	Prazo
ESBR – Coordenação e equipe técnica	Planejamento e Mobilização da Equipe Local	<ul style="list-style-type: none"> • Assinatura da Ordem de Serviço (em aberto) • Reunião inicial de abertura entre o gerente do contrato da ARCADIS logos e a ESBR. • Mobilização a equipe técnica local formada de acordo com o perfil proposto pelo Termo de Referência - ESBR • Treinamento Institucional e em Segurança e Saúde Ocupacional: <ul style="list-style-type: none"> - Treinamento Institucional – alinhamento de comunicação, condutas e procedimentos para a capacitação da equipe técnica conforme as normas de conduta da ESBR - Treinamento em Segurança e Saúde Ocupacional (SSO) – alinhamento e procedimentos para a condução dos serviços de acordo com o cumprimento das normas de Saúde e Segurança Ocupacional da ESBR ▪ Instalação de base operacional em Nova Mutum Paraná 	Contrato assinado	Imediato
	Plano de Comunicação de apoio à implantação das ações	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reuniões de alinhamento com equipe de Programa de Comunicação Social da ESBR para padronização da conduta da equipe da ARCADIS logos para a condução das atividades nas comunidades. ▪ Elaboração/criação e confecção de material didático e informativo/comunicação - criação e confecção do material didático e/ou informativo e de comunicação que será utilizado para divulgar as ações 	Material didático e de comunicação	Maior de 2013

Plano Executivo de Implantação das ações do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira
Período – Dez de 2012 a Agosto de 2013

Público alvo	Tema âncora	Ações (eventos)	Produto	Prazo
		e subsidiar as atividades do programa		
	Monitoramento e Avaliação do Subprograma	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Montagem e operação do Sistema de Monitoramento da Implantação do Subprograma, por meio de: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Demarcação de fatores e aspectos determinantes do êxito do Subprograma; ✓ Definição indicadores - com suas respectivas fontes (secundarias e sondagens expeditas de campo) e periodicidade de coleta; ✓ Desenho, teste e consolidação de operativas para coleta de instrumentais para coleta de indicadores; estrutura de entrevistas e modelo de questionário; ✓ Criação do Marco Zero (Banco de Dados) 	Indicadores definidos	Junho de 2013
	Gestão do Subprograma.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios Mensais - de andamento das atividades realizadas ▪ Relatórios Semestrais para atendimento de condicionantes específicas do órgão ambiental. ▪ Relatórios Anuais com dados consolidados do trabalho desenvolvido 	Relatórios	Mensais – dia 05 de cada mês Semestral – Maio de 2013

Plano Executivo de Implantação das ações do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira
Período – Dez de 2012 a Agosto de 2013

Público alvo	Tema âncora	Ações (eventos)	Produto	Prazo
Instituições e lideranças local e regional	Consolidação das Informações	<ul style="list-style-type: none"> Articulação político- institucional <p>Realização de entrevistas qualitativas com <i>stakeholders</i> selecionados para apresentação inicial, obtenção de subsídios e dados e prospecção de eventuais parcerias para o desenvolvimento das atividades do Subprograma.</p>	Relatório com sistematização dos resultados de entrevistas qualitativas com atores sociais	Março de 2013
		<ul style="list-style-type: none"> Consolidação das informações sócio organizativas dos pescadores das localidades: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Base nos dados gerados pelo Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira <p>Dados secundários Histórico da pesca da região; tipos de pescadores; artefatos; estoque; produção; comercialização; características da infraestrutura física das localidades;, fornecedores dos insumos da pesca em geral, etc</p>	Diagnóstico com informações sócio organizativas dos pescadores Neste diagnóstico será apresentado o universo de pescadores do Subprograma?	Mai de 2013
	Elaboração/Validação de Plano de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de Plano de trabalho divulgado e compartilhado com o público-alvo Realização de Reunião com o conjunto das lideranças locais selecionadas <p>Conforme o Plano de Trabalho apresentado na proposta: “O documento resultante (Plano Executivo) será divulgado e compartilhado com o público-alvo junto com Subprograma através da entrega do mesmo para as lideranças de cada segmento.</p>	Plano de trabalho validado pelas instituições e lideranças	Junho de 2013

Plano Executivo de Implantação das ações do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira
Período – Dez de 2012 a Agosto de 2013

Público alvo	Tema âncora	Ações (eventos)	Produto	Prazo
		<p>Desta forma será realizada 01 (uma) oficina junto as lideranças de cada uma das 06 (seis) localidades alvo (Abunã, Fortaleza do Abunã, Nova Mutum Paraná, Iata, Nova Mamoré e Guajará Mirim).</p> <p>Desta forma, o público a ser trabalhado validará e terá uma devolutiva do que foi anteriormente conversado e diagnosticado por meio de um produto consolidado que norteará as ações do subprograma, permitindo que as comunidades possam se apropriar do programa e perceberem-se como agentes ativos e multiplicadores no que se propõe o Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira.</p>		
<p>Pescadores das comunidades Abunã, Fortaleza do Abunã, Nova Mutum Paraná, Iata, Nova Mamoré e Guajará Mirim</p>	<p>Elaboração/Validação de Plano de Trabalho</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Levantamento de cadastro de pescadores do Ministério da Pesca e Colônias de Pescadores Z1, Z3 e Z8 – (entre março e maio/13) ▪ Levantamento de informações primárias por meio de aplicação de um roteiro semi-estruturado em amostra não probabilística de pescadores (entre abril e maio/13) ▪ Elaboração de Plano de trabalho divulgado e compartilhado com o público-alvo (junho/13) ▪ Realização de 01 (uma) oficina com cada uma das 06 (seis) localidades alvo (Abunã, Fortaleza do Abunã, Nova Mutum Paraná, Iata, Nova Mamoré e Guajará Mirim). (junho/13) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano de trabalho validado com os pescadores ▪ Matriz com informações dos pescadores cadastrados no Ministério da Pesca e respectivas colônias 	<p>Junho de 2013</p>

Plano Executivo de Implantação das ações do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira
Período – Dez de 2012 a Agosto de 2013

Público alvo	Tema âncora	Ações (eventos)	Produto	Prazo
	Implementação de Mecanismos de Gestão dos Recursos Pesqueiros;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração e estabelecimento de plano de manejo (pirarucu) em localidades com potencial identificado <p>Em 1 (uma) comunidade selecionada com potencial identificado e com interesse dos pescadores será elaborado e estabelecido os pilares para um plano de manejo do pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>) para a pesca artesanal. Este projeto deve ser sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental.</p> <p>Através de visitas e técnicas participativas (além da visita de intercâmbio especificada no próximo item) serão levantadas potencialidades, realizadas capacitações e será constituído um grupo de manejo bem como um plano de manejo à ser submetido aos órgãos ambientais.</p>	Plano de manejo preliminar	Agosto de 2013
IBAMA, AECOM e outros	Monitoramento e Avaliação do Programa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Montagem e operação do Sistema de Monitoramento da Implantação do Subprograma por meio de: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Demarcação de fatores e aspectos determinantes do êxito do Subprograma; ✓ Definição indicadores - com suas respectivas fontes (secundarias e sondagens expeditas de campo) e periodicidade de coleta; ✓ Desenho, teste e consolidação de operativas para coleta de instrumentais para coleta de indicadores; estrutura de entrevistas e modelo de questionário; 	Sistema de M&A – versão preliminar	Julho de 2013

Plano Executivo de Implantação das ações do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira
Período – Dez de 2012 a Agosto de 2013

Público alvo	Tema âncora	Ações (eventos)	Produto	Prazo
		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criação do Marco Zero (Banco de Dados) 		
	Gestão do Programa.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reuniões de acompanhamento do IBAMA e participação nas auditorias da AECOM ▪ Relatórios Semestrais para atendimento de condicionantes específicas do órgão ambiental 	Plano de Trabalho com linhas de ação indicativas de medidas de mitigação da UHE Jirau (Condicionante 2.17 da Licença de Operação no 1097/2012 - Pareceres Técnicos nº124/2012 e nº 161/2012)	Agosto de 2013

ARCADIS logos S.A.

Rua Líbero Badaró, 293 – 19ºandar
Centro, São Paulo-SP
CEP 01009-907

Fone/fax: +55 (11) 4613-3000

E-mail: arcadislogos@arcadislogos.com.br

Website: www.arcadislogos.com.br
www.arcadis-global.com